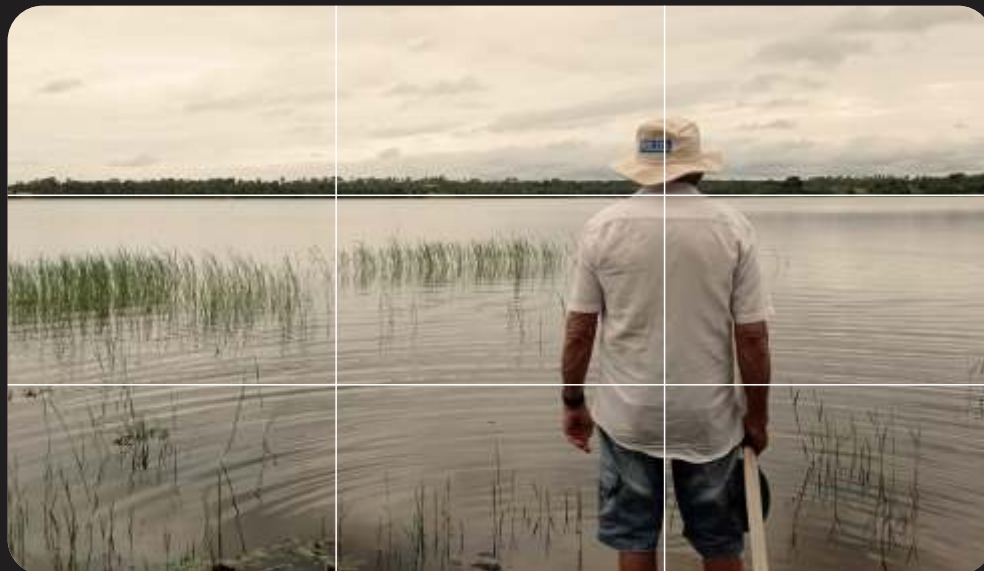


Ecos Imagéticos do Trabalho



OLHARES SOBRE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

Autor: Me. Francisco Marcilio de Carvalho França

Orientador: Prof. Dr. Albino Oliveira Nunes



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte
Campus Mossoró



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**PRODUTO EDUCACIONAL
LIVRO DE APOIO**



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte
Campus Mossoró



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ecos Imagéticos do Trabalho

OLHARES SOBRE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca IFRN – Campus Mossoró

F814e França, Francisco Marcilio de Carvalho.

Ecos Imagéticos do Trabalho : olhares sobre grupos sociais vulneráveis / Francisco Marcilio de Carvalho França, Albino Oliveira Nunes – 2024.

[74] f.

Produto Educacional integrante da Dissertação: Ecos imagéticos : grupos sociais vulneráveis no mundo do trabalho pelas lentes da formação humana e integral. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2024.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Fotografia. 3. Oficina de Fotografia. 4. Sociologia do trabalho. 5. Produto educacional. I. Nunes, Albino Oliveira. II. Título.

CDU: 377:37.012:77.07(0.078)

**Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Elvira Fernandes de Araújo Oliveira CRB15/294**

**PRODUTO EDUCACIONAL
LIVRO DE APOIO**



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte
Campus Mossoró



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ecos Imagéticos do Trabalho

OLHARES SOBRE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

“ A fotografia é um dos componentes do funcionamento desta sociedade intensamente visual e intensamente independente da imagem. Mas, obviamente, não é ela o melhor retrato da sociedade. É nessa perspectiva que se pode encontrar o elo entre a cotidianidade e a fotografia. ”

José de Souza Martins, cientista social.

Produto educativo sem fins lucrativos.
Proibida comercialização.

Ficha Técnica

**Ecos Imagéticos
do Trabalho** 

Título: Ecos Imagéticos do Trabalho: Olhares sobre Grupos Sociais Vulneráveis.

Autor: Francisco Marcilio de Carvalho França.

Professor orientador: Dr. Albino Oliveira Nunes.

Foto de capa: José Nunes de França, fotografado por Francisco Marcilio de Carvalho França.

Diagramação: Francisco Marcilio de Carvalho França.

Idioma: Português.

Categoria do produto educacional: livro de apoio.

Aplicação do livro: formato impresso e/ou digital.

Utilização: permitida creditando-se a autoria e o ProfEPT, não sendo permitido uso comercial.

Local e ano: Mossoró, RN, Brasil, 2024.

Planejamento da Oficina

Ecos Imagéticos do Trabalho

Introdução: A oficina será iniciada com a apresentação dos participantes e do (a) professor (a). Em seguida, os (as) estudantes serão instruídos (as) sobre o funcionamento da oficina (curso), objetivos e roteiro.

Materiais e recursos necessários: Quadro, pincel atômico, projetor de multimídia, computador (se por uso digital) aparelho celular com câmera, suportes/pedestais, barbante, pregadores, papel, impressões, revelações fotográficas, cartolina guache.

Espaços necessários: sala de aula, áreas de circulação como pátio, áreas de convivência, corredores, jardins etc.

Avaliação: aplicada por meio de entrevistas/questionários.

Duração: 10 horas/aulas

Estruturação dos 5 encontros:

| | |
|--|--|
| Encontros 1 e 2 (Eixo Propedêutico) | Conhecimento dos (as) participantes e apresentação da oficina. |
| Encontros 3 e 4 (Eixo Técnico) | Módulo técnico sobre noções básicas de fotografia e momentos práticos sob orientação do pesquisador. |
| Encontros 5 (Exposição) | Realização da exposição fotográfica. |

Observações importantes

Ecos Imagéticos do Trabalho

Após pesquisa com professores de Sociologia, que foi parte da investigação, pontuamos aqui as principais recomendações dos docentes que podem ser acrescentadas ao material ao ser aplicado:

1) além dos quatro temas da cartilha, sugeriu-se criar capítulo adicional para tratar de comunidades quilombolas e outro sobre povos indígenas;

2) poderá acrescentar, pelo início do eixo propedêutico, um texto introdutório sobre organização do trabalho;

3) no eixo técnico, uma professora sugeriu o acréscimo de um capítulo com demonstrações práticas do uso da fotografia em Sociologia do Trabalho aplicada a grupos identitários.

No mais, ficarei feliz com possível uso do livro como um contributo aos docentes e discentes. Este é um material aberto a ajustes por parte do (a) professor (a) que deseje adequá-lo à sua realidade e prática pedagógica.

Sumário

| | | |
|---|--|-----------|
|  | Prefácio | 07 |
|  | 1. Eixo Propedêutico: Temas de Sociologia | 08 |
| | 1.1. Racismo Estrutural | 09 |
| | 1.2. Gênero | 15 |
| | 1.3. LGBTQIAPN+ | 23 |
| | 1.4. Pessoas com Deficiência | 32 |
|  | 2. Eixo Técnico: Noções de Fotografia via Celular | 40 |
| | 2.1. No Princípio | 41 |
| | 2.2. Câmera Fotográfica | 43 |
| | 2.3. Acessórios | 46 |
| | 2.4. Olhar Fotográfico | 47 |
| | 2.5. Composição | 51 |
| | 2.6. Iluminação | 53 |
| | 2.7. Enquadramento | 56 |
| | 2.8. Regra dos Terços e Alinhamentos | 58 |
| | 2.9. Edição | 62 |
|  | 3.0. Exposição Fotográfica | 65 |
|  | Referências | 69 |

Olá! Bem-vindo ao livro de apoio *Ecos Imagéticos do Trabalho: Olhares sobre Grupos Sociais Vulneráveis*. Esta é uma atividade que integra a materialização do produto educacional (PE) de pesquisa do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na Instituição Associada IFRN, Campus Mossoró. O tutor da oficina é o Mestre Francisco Marcílio de Carvalho França, o qual, sob orientação do Professor Dr. Albino Oliveira Nunes, propõe um material complementar de apoio ao ensino e aprendizagem.

A proposta é destinada a estudantes que estejam cursando ou tenha cursado Sociologia do Trabalho no Ensino Médio Integrado (EMI). A partir da mescla de temas de Sociologia do Trabalho – mais especificamente grupos sociais em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho –, o livro busca um diálogo entre Sociologia com o valor e sentido polissêmico da fotografia enquanto componente imagético adicional de interpretações de visões do cotidiano.

A presente oficina, por sua vez, aborda aspectos basilares de fotografia por meio de câmera de aparelho celular, dispensando o uso de com câmera fotográfica avulsa e/ou profissional. Os (as) participantes podem fazer uso da câmera do próprio aparelho, por meio do qual poderão aprender noções básicas de fotografia junto a conhecimentos acerca dos temas sociais que serão abordados como conteúdo das imagens a serem produzidas.

Nessa perspectiva, o projeto *Ecos Imagéticos do Trabalho* se alicerça sobre três eixos: o propedêutico, que tratará de quatro temas de grupos sociais no âmbito da sociologia do trabalho (racismo estrutural, gênero, LGBTQIAPN+ e pessoa com deficiência); o técnico, que atuará nos conhecimentos atinentes a noções de fotografia (a exemplo de composição, iluminação, enquadramento, entre outros); e terceiro e último eixo, que traz orientações de como realizar uma exposição fotográfica com debate sobre as imagens produzidas. Sumariamente, a estrutura do projeto se dará por meio de cinco encontros, apresentados no tópico “Planejamento da Oficina”.

Imbuídos da crença de que a fotografia é uma arte cuja linguagem imagética possibilita outras formas de leitura de mundo, e que o celular tem se apresentado como uma ferramenta bastante popularizada e de amplo acesso dos estudantes, apostamos neste experimento como estratégia que possa contribuir com o fortalecimento do aprendizado acadêmico dos temas propostos. Assim, os (as) participantes poderão exercitar o seu senso crítico-reflexivo acerca das relações humanas e sociais no contexto do mundo do trabalho. Quanto à inserção do celular no experimento, o aparato enseja um potencial elemento de engajamento pelo fato de ser uma ferramenta presente no dia a dia dos jovens e de relativo fácil domínio, podendo contribuir positivamente com o aprendizado.

Francisco Marcílio de Carvalho França.



1. Eixo Propedêutico

Temas de Sociologia





1.1. Racismo Estrutural

A temática do racismo, que emerge de séculos na história, vem tendo seus efeitos perpetuados até hoje não somente no Brasil, como também mundialmente, e impacta o cotidiano de pessoas negras desde a educação infantil até a carreira adulta do mundo do trabalho.

Essa problemática perpassa pelas diversas frentes da sociedade e engloba o racismo estrutural, que diz respeito a práticas institucionais que alimentam discriminação e desigualdade racial, reverberando-as na sociedade. A discriminação aqui acarretada é oriunda de estruturas sociais e instituições, e não necessariamente resultado de ações individuais. Quando reconhecemos o racismo estrutural, sobre o qual ainda falaremos mais adiante, temos a oportunidade de estarmos mais conscientes e engajados para a luta contra o racismo.

É comum, ao pensarmos em racismo, associá-lo a uma espécie de hierarquia entre etnias. Visando enriquecer essa visão, Oliveira (2011, p. 310) define racismo como um

Conjunto de atitudes, ou doutrina, que afirma a superioridade de uma etnia sobre outras e está baseado, na maioria das vezes, em conceitos pretensamente científicos e enganosos. Tais conceitos contradizem estudos realizados pela Antropologia moderna e os ensinamentos de História, que mostram a inexistência de “raças”.

O debate sobre racismo é interseccional, envolvendo diferentes áreas, como a sociologia, a história, a antropologia, entre outras. Esse debate, inclusive, possui ligação com os demais temas desta cartilha, a exemplo de gênero, comunidade LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência.

Situações do cotidiano e mídia têm evidenciado que pessoas negras possuem menos oportunidades e privilégios na sociedade. Imaginemos, então, uma jovem negra, lésbica e com deficiência simultaneamente? Além do racismo, poderá enfrentar a discriminação de gênero e o risco de feminicídio; por ser lésbica, poderá sofrer preconceito por orientação sexual; e, se portar alguma deficiência física ou intelectual, como usar moletas ou possuir autismo, poderá se defrontar com a exclusão, com o capacitismo.



Percebemos que o debate é amplo e complexo. Cientistas das áreas de sociologia, história, antropologia, biologia, geografia, entre outras, têm se debruçado no sentido de pesquisar a situação de pessoas negras do Brasil, comparando fatos históricos, apontando números da realidade, propondo reparos políticos que possam mitigar e contornar as injustiças sociais, econômicas e culturais provenientes do racismo instaurado historicamente na sociedade.

Buscando dialogar com a nossa realidade social, consideremos o cenário brasileiro, em que a vida das pessoas negras teve um marco histórico a partir da escravidão africana, protagonizada inicialmente pelos portugueses, que realizavam o comércio de pessoas escravizadas, por meio do tráfico negreiro, que exilou do continente africano cerca de 4 milhões de negros durante três séculos de escravidão (Cotrim, 2022).

O Brasil, país com dimensões continentais, carrega uma vasta diversidade cultural, social, econômica, racial, étnica, figurando, nos dias de hoje, como o país com maior número de afrodescendentes do mundo, conforme Cotrim (2002, p. 217) “Atualmente, o Brasil tem uma população de afrodescendentes maior que a de qualquer outro país do mundo”.

Termos a noção dessa história de opressão de milhões de pessoas negras nos mostra a dimensão e profundidade do problema do racismo, que traz sequelas sociais e coloca as pessoas negras, pardas e mestiças num patamar de inferioridade em relação ao das pessoas brancas.

Uma maneira fácil de identificarmos a disparidade de privilégio de oportunidades está em buscar respostas a algumas perguntas. Quantos (as) professores (as) negros (as) você vê no ensino superior? Quantas pessoas pretas há em uma turma de medicina? E se for de medicina de uma universidade particular? Entre pretos e brancos, qual grupo está mais concentrado em cargos operacionais e qual em cargos de gestão e liderança? É comum você encontrar pessoas negras no alto escalão de organizações, como nos tribunais jurídicos? A população carcerária é predominantemente de qual cor? Já reparou no perfil das crianças que pedem esmolas em um semáforo?

Uma observação atenta a cenários assim nos permite identificar que são as pessoas negras que estão em desvantagem nas análises acima, sendo oprimidas por um sistema em que o branco é privilegiado. Dessa forma, percebemos que o



problema do racismo é real e está instalado na base estrutural de nossa sociedade, sendo carregado há séculos.

É inconcebível falarmos de racismo sem tocarmos na temática das desigualdades sociais, de maneira que, claramente, é possível identificar onde se concentram negros e brancos numa pirâmide socioeconômica: negros predominam na base com menor poder aquisitivo e com menos oportunidades ao passo que pessoas brancas estão concentradas em posições hierarquicamente mais altas, com mais oportunidades e melhores ganhos financeiros. Tomazi (2014), ao falar sobre as desigualdades sociais no Brasil nos últimos 30 anos, traz debate sobre as facetas de renda, cor e gênero, mostrando que o fator étnico-racial ainda se faz presente em nosso dia a dia. Fomentar o debate desses temas é, portanto, uma importante iniciativa para fortalecer a luta contra o racismo.

Ainda sobre desigualdades sociais, a história revela que elas já ocorriam há séculos. Os negros, vítimas do tráfico negreiro ocorrido do século XVI ao XIX, já enfrentavam desafios e resistência, começando pelo transporte. Cotrim (2002) detalha as condições desumanas da logística do pessoal escravizado: eram acorrentados e marcados com ferro em brasa para identificação; eram transportados em porões de navios com espaço reduzido, calor, água suja, alimentos insuficientes, formatando um ambiente propício a infecções e doenças. Os mais debilitados chegavam a morrer durante a viagem, que durava de 35 dias a dois meses, considerando o trajeto da África ao Brasil. Vale lembrar que os africanos eram vendidos e comprados como mercadoria.

No Brasil, os africanos, sob condições subumanas, começaram a participar de um “intercambiamento sociocultural”, vivenciando culturas brasileiras. Cotrim (2002, p. 220) versa que essa “participação se deu por meio de um processo contínuo, rico e diversificado, e é marcante, por exemplo, na literatura, na língua falada, no vocabulário, na música, na alimentação, na religião, no vestuário e na ciência”.

À medida que décadas iam se passando, a população negra ia se distribuindo pelos estados brasileiros e seus interiores, ultrapassando os limites da faixa norte-litorânea, por onde chegavam ao país. Com o tempo, posteriormente à abolição da escravatura, foi aumentando a integração entre negros e brancos, gerando descendentes com características de uma miscelânea de cores e outras características fenotípicas, além de costumes plurais.



Remetendo-nos ao cenário histórico de expansão desse povo nas terras brasileiras, os indivíduos escravizados começaram a promover estratégias de luta, resistência e defesa de condições dignas de vida, de trabalho, de salário justo.

Foi somente em 1888 que aconteceu o fim da escravidão no Brasil, oficializado através da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel. A resistência da população negra fortaleceu o movimento abolicionista, exercendo um papel importante em diferentes cenários. Segundo Souza e Melo (2020), em 1888, os negros libertos já eram maioria e, politizados, tiveram melhores condições de mostrar sua fortaleza por meio de sua resistência, negociação, ensejando espaço também à sua intelectualidade. Para Souza e Melo (2020), “Essa resistência e essa negociação da população negra se somam à mudança econômica (modernização, capitalismo) e ao contexto histórico de enfraquecimento da monarquia no Brasil. Em suma, houve uma ação política dos negros na luta contra a escravidão”. Contudo, esse marco ainda não foi suficiente para pôr fim às diversas violências contra as pessoas que haviam sido escravizadas, pois até hoje vemos a população negra sendo marginalizada, além de ambientes de trabalho similares ao do tempo da escravidão. Tem sido comum vermos na imprensa reportagens referentes aos dias atuais envolvendo trabalhos análogos à escravidão.

Retomando o debate de racismo estrutural, que muito está presente no âmbito social e do trabalho, pensamos inicialmente em intitulá-lo apenas de “racismo”, ao que acrescentamos, posteriormente, um adjetivo muito importante: estrutural. Percebemos que a estrutura em que ocorre o racismo é característica de uma arquitetura hierárquica social na qual um grupo é privilegiado em detrimento de outro, na qual um grupo tem direitos reduzidos e até negados há séculos. Já nascemos em uma estrutura racista. Acatar o caráter estrutural do racismo nos abre margem para melhor compreender como funciona e se perpetua algo institucionalizado nas diversas organizações.

Luiz Silveiro de Almeida, atual ministro de Estado dos Direitos Humanos, em sua obra “Racismo Estrutural”, corrobora nossa análise ao afirmar que o racismo é sempre estrutural e detalhar que ele “é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Acrescenta ainda: “O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2019, p. 18).

Debater racismo estrutural convida-nos a pensar sobre desigualdade, que



perpassa pelas esferas social, econômica, cultural, entre outras. No âmbito do trabalho e da economia, as estatísticas não mentem: negros que trabalham na mesma função que brancos ganham menos..

Resultados de uma pesquisa divulgada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) revelam que, há décadas, brancos continuam ganhando mais que negros e pardos. Os números mostram que, por hora trabalhada, brancos ganham em média R\$ 19,22; pretos, 11,49; e pardos recebem 11,84. Essas discrepâncias podem ser ainda mais acentuadas, como no Distrito Federal, onde chega a 51% (Central Única dos Trabalhadores, 2022).

Os números podem ser ainda mais impressionantes no cenário de violência em nosso país. Na pesquisa do Atlas da Violência, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) os resultados mostram que, em 2021, foram registrados 36.922 casos de homicídios de pessoas negras, representando 77,1% do total de vítimas daquele ano. Os números mostram ainda que, de cada 100.000 vítimas, 31 são pessoas negras, enquanto 10,8 são brancas. A letalidade assusta ao mostrar que há uma média de 4,22 pessoas negras mortas por hora no Brasil, (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021).

Como pudemos observar, os dados preocupam, ainda mais se considerarmos que mais da metade da população brasileira é preta (9,1%) e parda (47%), totalizando 56,1% do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na mesma reportagem divulgada pela CUT em 2022.

Na educação superior, por exemplo, ainda predominam massivamente pessoas brancas nos assentos universitários. Buscando reparar o abismo social existente entre pessoas pretas e brancas, algumas ações afirmativas vêm contribuindo para tornar mais justo esse acesso. Entre os destaques dessas ações, consta a Lei de Cotas (Lei nº. 12,711/2012), que trata do ingresso de estudantes nas instituições federais de nível médio e superior, incluindo pretos, pardos, indígenas e quilombolas. A necessidade de cotas urge também no contexto de trabalho para a ocasião de investidura em cargos ocupados via concursos públicos.

Somada às Leis das Cotas, uma outra lei foi estabelecida visando uma efetiva educação das relações étnico-raciais. Trata-se da Lei nº 11.645/2008, que atualiza a legislação acerca do estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da



da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2008). Um outro dispositivo na lei objetiva assegurar às pessoas negras o cumprimento de oportunidades e direitos coletivos e individuais, combate à intolerância e discriminação: é a Lei nº. 12.288/2010, o chamado Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010). A Lei nº. 14.532/2023 também objetiva ser um avanço, ao tipificar a injúria racial como crime de racismo, (Brasil, 2023).

Como podemos observar, embora avanços com ações afirmativas tenham acontecido, os números mostram que muito ainda precisa ser feito para que haja uma sociedade mais justa e digna com a população negra, incluindo pardos, quilombolas, se efetive.

Já nascemos em uma sociedade racista. Mesmo quem não se considera racista deve reconhecer que nasceu e está inserido numa estrutura que oprime, subtrai, reduz direitos de pessoas pretas e pardas, dos negros. A educação tem um papel fundamental nessa mudança e pode construir, a longo prazo, uma geração mais consciente, antirracista e inclusiva para o mundo da educação e do trabalho.



1.2. Gênero

É na gênese da vida que o desafio começa: nascer mulher em uma sociedade histórica, cultural e socialmente moldada em um formato de iniquidade de gênero dificulta ainda mais o processo de toda a trajetória de vida de quem é do sexo feminino.

O desafio da constante busca para contornar o estereótipo de inferioridade feminina, atrelado a outros fatores, como a maternidade, torna a carreira pessoal e profissional da mulher uma luta, além de constante, ainda mais difícil em seu cotidiano.

Aspectos históricos e culturais constituem um arcabouço para a base de um estudo voltado ao gênero feminino que, historicamente, apresenta um descompasso ainda maior em relação ao gênero masculino quando nos debruçamos em uma análise com mais aprofundamento acerca de equidade de gênero em diversas facetas da vida, incluindo no mundo do trabalho.

O avanço da inserção do debate de gênero não é muito antigo. Apenas no final do século passado foi que o assunto emergiu, conforme afirma Scott (1995, p. 85) “A preocupação teórica com gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX”.

Face ao temário desta pesquisa, quando focamos em grupos sociais inseridos no mundo do trabalho, é imperioso dialogar com a temática de gênero, cujo debate ao longo da história acontece em distintos contextos. Louro (1994, p. 35) reitera essa análise ao afirmar que

É imprescindível entender que há diferentes construções de gênero numa mesma sociedade - construções essas que se fazem de acordo com diferentes modelos, ideais, imagens que têm as diferentes classes, raças, religiões, etc., sobre mulher e sobre homem. Creio que devemos lembrar também que há diferentes construções de gênero numa dada sociedade em contextos históricos diferentes (o que por sua vez supõe dizer que o gênero tem história, que o feminino e o masculino se transformam histórica e socialmente).



Por se tratar de uma pesquisa na área da educação, a discussão de gênero está atrelada aos processos construtivos e formativos por meio da educação, o que se alinha com a constatação de Louro (1994, p. 35) ao afirmar: “ao se pensar na construção, parece-me que está implicada a ideia de socialização, de formulação, da educação”.

Ao falarmos de gênero, entra em cena a pauta da hegemonia que se traduz no cotidiano da sociedade: mulheres vistas como inferiores, menos capazes, destinadas à maternidade e aos cuidados com o lar. Essas visões, embora pareçam obsoletas, ainda persistem no dia a dia das mulheres. E essa cultura tem acontecido pela hegemonia da masculinidade, da branquitude, das classes sociais, até mesmo da questão biológico-fisiológica de gerar filho. Carvalho (2011, p. 113) nos mostra que o sujeito masculino acaba violando a equidade quando impõe a pretensa autoridade do homem sobre a mulher:

A hegemonia conquista-se principalmente pela via da autoridade, do convencimento implícito, muito mais que pela violência direta. Ela significa não apenas a dominação dos homens sobre as mulheres, mas a existência de uma disputa constante entre grupos de homens entre os quais se estabelecem relações de poder.

Essa cultura de superioridade de um gênero em relação ao outro acaba sendo amplamente pulverizada no meio social, influenciando a individualidade e também os espaços coletivos e institucionais, como o trabalho, a escola etc.

Assim como o racismo, o machismo, a discriminação por orientação sexual, entre outros problemas sociais, a iniquidade de gênero tem se apresentado institucionalizada, e variados fatores têm contribuído para a reprodução da divisão de gênero, inclusive o Estado. Bourdieu (2003, p. 105), em sua obra “A dominação masculina”, afirma que

Teríamos que levar em conta o papel do Estado, que veio ratificar e reforçar as prescrições e proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica.

Embora tenhamos avançado nas políticas públicas para equidade de gênero, as desigualdades sob a ótica “masculino *versus* feminino” ainda persistem de maneira acentuada, sejam em cargos políticos, sejam em empregos via carteira



assinada, gestão, diferenças salariais etc. Isso sem contar que, ao fazermos alusão ao contexto de carreira escolar, é frequente haver casos de mulheres que enfrentam uma dificuldade ainda maior, principalmente quando conciliam o fazer acadêmico com a maternidade, o que tem sido uma realidade sensível no cotidiano de muitas mulheres.

A fim de enriquecer os estudos acerca de gênero, o feminismo merece destaque, pois é um movimento social que, para além de questionar e refletir a respeito de aspectos biológicos e fenotípicos das mulheres, luta por condições igualitárias, equitativas para elas. O feminismo pode colaborar muito com o debate em prol da equidade de gênero. Saffioti (2015, p. 160) reconhece a importância desse movimento ao falar do feminismo a partir de uma perspectiva político-científica “cujo objetivo não consiste apenas em ampliar acervo de saberes, mas também em criar mecanismos políticos para a construção da igualdade social entre homens e mulheres”.

O feminismo apresenta ainda um braço que merece atenção: o feminismo negro. Se a mulher cisgênero e branca, por exemplo, enfrenta dificuldades, imaginemos, então, a mulher negra, cujo processo de enfrentamento social está ainda conectado com a escravidão e com o racismo. Ribeiro (2019b) corrobora esse pensamento ao falar que ainda existe um olhar colonizador sobre corpos, saberes e produções de mulheres negras. Ribeiro (2019a), ao refletir sobre a obra “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, aponta que na relação homem-mulher, o sujeito masculino estaria na posição de dominante, além de tomar as mulheres como objeto.

Além de as diferenças de privilégios entre homem e mulher acontecerem, existem ainda as discrepâncias entre mulheres brancas e mulheres negras. Dessa forma, é interessante considerarmos que, além do feminismo, o feminismo negro deve ser levado em conta no debate, na linha do que defende Berth (2019, p. 62), ao falar que se “o Feminismo Negro aponta as opressões atreladas ao gênero, ele se aglutina a linha de frente do Feminismo dito universal”.

No mundo do trabalho facilmente vemos as discrepâncias entre homens e mulheres, e ainda entre mulheres brancas e mulheres negras, sejam em número de presentes nos empregos, em posições hierárquicas, em cifras salariais. Dados do IPEA, em 2016, mostram que, entre negros e brancos, brancos estão menos desempregados. E, ao considerarmos os grupos a respeito das relações precárias



de trabalho, as mulheres negras somam 39,6%, diante de 31,6% de homens negros, 29,6% de mulheres brancas e 20,6% de homens brancos. Os números acima nos mostram que ainda existem vantagens de pessoas brancas em relação às pessoas pretas e, mais ainda, de mulheres brancas em relação às pretas, sendo estas as menos privilegiadas. Portanto, não devemos nos esquecer de, ao ponderar sobre diferenças entre homens e mulheres, levarmos em conta que, para as mulheres negras, os desafios são ainda mais presentes.

Mesmo com o feminismo vindo a se somar na luta em prol da dignidade da mulher, é preciso ampliarmos sua visão e aplicação. Um dos estudos que podem se somar a uma ampliação do feminismo consiste na interseccionalidade, que pode contemplar e trazer debates acerca da luta e da segregação de mulheres negras. Akotirene (2019) nos traz uma reflexão sobre a interseccionalidade, com um olhar especial para as mulheres negras, como perspectiva a partir da qual podemos refletir a respeito da opressão desse grupo. A pesquisadora nos mostra que a interseccionalidade tem potencial de estimular a luta contra o racismo, pelos direitos humanos e a favor do empoderamento feminino, indicando ainda que a interseccionalidade “instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (Akotirene, 2019, p. 62). É por meio da interseccionalidade que podemos enxergar como as mulheres negras enfrentam estruturas e processos sociais, culturais no mundo laboral, acadêmico, entre outros.

As tentativas de inserção femininas nos diversos cenários do cotidiano se arrastam por séculos e permeiam até os dias atuais. Após a Ditadura Militar no Brasil, por exemplo, observa-se que, mesmo com avanços nas oportunidades de trabalho e com aquecimento do comércio, as mulheres ainda eram vistas sob a ótica do patriarcado, o que, em linhas gerais, podemos associar a uma hierarquia social e histórica do homem em relação às mulheres.

Cavalcante (2011) mostra que, na época em questão, as propagandas de carros, quando direcionadas a mulheres e/ou mães, traziam a imagem de um instrumento útil para levar os filhos à escola. Isso sem contar o preconceito quanto ao seu papel de condutora: “No que tange à relação entre automóvel e a mulher, esta era alvo de piadas constantes sobre a sua conduta como motorista. Piadas, aliás, comuns até hoje” (Cavalcante, 2011, p 49).

Percebemos que, mesmo com a popularização e crescente facilidades de



acessos às bonanças da industrialização e tecnologias, as mulheres já vinham sendo menos privilegiadas, quando comparadas aos homens. No mundo do trabalho não é diferente, ainda persistindo culturas de fazeres e profissões masculinas x femininas, como recepcionar (feminina) x dirigir caminhão (masculina); pedagogia (feminina) x engenharia mecânica (masculina); decoração (feminina) x computação (masculina). Embora tenhamos observado aumento das mulheres em formações antes predominantemente masculinas, ainda há desproporcionalidade fruto de culturas arraigadas de papéis para homens versus papéis para mulheres.

No Brasil, o comum ato de votar, por exemplo, até pouco tempo era negado às mulheres. Foi somente em 1928, na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que aconteceu o primeiro voto feminino, protagonizado pela Professora Celina Guimarães.

As lutas pelas conquistas femininas, inclusive no contexto do trabalho, têm confrontado diferentes frentes, sem estar excluída a estrutura familiar tradicional, na qual, embora ainda persistam características de patriarcado e machismo, se notam mudanças para buscar revisar o papel da mulher em casa e no trabalho, objetivando posicioná-la como protagonista de sua história, e não como doméstica, como empregada do lar ou do cônjuge. Nas concepções atuais e no cenário que se almeja, cuidar dos filhos, ir ao supermercado, deixar os filhos na escola, fazer atividades domésticas vêm, mesmo que paulatinamente, deixando de ser papel inerente somente à figura da mulher.

Como trabalho e educação estão conectados, enxergamos na educação um poder transformador das atuais gerações na esperança de um futuro com uma outra visão e real vivência da equidade de gênero. Podemos enxergar a escola como um importante propulsor, crítico-reflexivo, sobre os espaços em que as mulheres merecem estar presentes, sem distinção de gênero, raça, cor, classe social etc. São várias as campanhas locais, regionais, nacionais e até internacionais que vão buscando provocar reflexões e remodelamento da visão obsoleta de inferioridade feminina. Uma dessas datas, o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, celebrado no dia 8 de fevereiro, busca acender o debate e nos fazer lembrar sobre a importância de fomentar a presença feminina nos espaços que lidam com a ciência. E esse fazer de envolvimento do público feminino no mundo da pesquisa tem um espaço de base para ganhar asas e forças: a escola.



No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), temos exemplos de que é possível vivenciar uma contribuição para uma melhor compreensão da importância da igualdade de gênero, no sentido de aumentar a presença feminina nos vários espaços, sejam acadêmicos, sejam sociais, culturais, esportivos ou de trabalho. No Ensino Médio Integrado, estudantes cursam disciplinas de formação humana, como Sociologia, que trazem debate a respeito da pauta; a Pró-Reitoria de Pesquisa, PósGraduação e Inovação (Propi) traz editais específicos (como o Edital nº 8/2023), visando fomentar o público feminino nas atividades de pesquisa; a Assessoria de Comunicação Social e Eventos (ASCE) promove campanhas e visibilidade de pautas afins. Por meio dessas ações, a instituição promove eventos e incentiva a presença feminina nos vários espaços.

Figura 1- Postagem de mídia social do IFRN



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2024).

É importante considerarmos o papel da escola nesse processo de mudança, já que é um espaço formativo de profissionais-cidadãos. É na escola, inclusive, que



se tem um espaço propício ao ensino da educação sexual, tão necessária para formar não só mulheres, como também homens e quaisquer outras denominações de identidade e gênero socialmente conscientes e responsáveis pela equidade, direitos e deveres nos diversos espaços no que tange à sua sexualidade e à interação na sociedade.

Cotidianamente, percebemos que a presença da mulher no mundo do trabalho ainda padece, seja no setor privado, no misto ou no público; seja como autônoma, como empregada ou como empregadora. Um exemplo ainda discrepante quanto à presença masculina versus feminina está nos cargos públicos, em que as mulheres ainda constituem uma minoria considerável. Bomeny e Freire-Medeiros (2014, p. 61) mostram resultados de um relatório de estudo publicado pela Inter-Parliamentary Union sobre a participação feminina no poder legislativo de 189 países. Os números revelam que esse cenário díspar é real no Brasil e no mundo:

Esse estudo confirmou o que se suspeitava: em todas as nações, quer no Ocidente ou no Oriente, a participação na política formal é extremamente desequilibrada entre homens e mulheres. As mulheres totalizam 52% da população mundial, mas constituem apenas 19,3% dos legisladores do mundo! [...] O Brasil ficou em 108º lugar no ranking mundial, em 2001, com um total de 8,58% de mulheres (44 parlamentares) integrantes da Câmara dos Deputados e, 15,24% (12 senadoras) no senado brasileiro.

Essas desigualdades entre mulheres e homens extrapolam o campo do trabalho, permeando outras facetas, inclusive a liberdade sexual. É preciso ressignificar culturas arraigadas, dogmas religiosos, questões sexuais sobre os corpos das mulheres, pois a feminilidade perpassa por essas crenças e envolve o intrínseco do ser. O mundo em que vivemos hoje não é o mesmo do século passado e, certamente, será um outro no século seguinte. Repensar essas limitações e enfrentá-las são desafios diários que podem ajudar as mulheres no combate ao preconceito, à discriminação, ao desrespeito e às desigualdades cotidianas.

No desejo de um dia podermos viver ares de equidade de gênero, as lutas individuais e coletivas, contando com as batalhas feministas, vêm se somando ao processo de renovação desse cenário de desigualdades. Quando se busca justiça



para com as mulheres, não é um mero pleito por privilégio, mas uma busca por direitos, por dignidade. A busca pela reconfiguração, ressignificação de um cenário marcado negativamente por traços historicamente misóginos é urgente diante do fato de que a mulher ser vista como inferior e menos digna não cabe mais nos dias de hoje.



1.3. LGBTQIAPN+

Um outro grupo que está bastante presente em nosso dia a dia é a comunidade LGBT, cuja sigla diz respeito, respectivamente, a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Nos últimos anos a sigla tem herdado novas letras, abarcando outras denominações que caracterizam um público cada vez mais diverso. Hoje, comumente, já visualizamos o termo LGBTQIAPN+ que, respectivamente, traz: lésbicas, gays, bissexuais, trans(gêneros), queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários, além do símbolo “+” (mais) que, por sua vez, representa outras possibilidades.

A tabela a seguir detalha cada uma das características acima:

Tabela 1 - Conceituações das letras das siglas do grupo.

| | | |
|----------|--------------|---|
| L | Lésbica | Mulher que sente atração afetiva e/ou sexual por outra mulher. |
| G | Gay | Homem que sente atração afetiva e/ou sexual por outro homem. |
| B | Bissexual | Homem ou mulher que sente atração afetiva e/ou sexual pela binaridade, ou ainda por mais de um gênero. |
| T | Trans | O termo pode englobar três conceitos: travestis, transgêneros, transexuais, dizendo respeito à identidade de gênero e não à sexualidade, o que remete à pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo constituído no nascimento. |
| Q | <i>Queer</i> | Engloba um grupo variado que possui orientação e/ou identidade diferente do padrão cis e heteronormativo, a exemplo das drag queens |
| I | Intersexual | Pessoa que, por nascença, não se encaixa biologicamente no padrão binário de definições masculina ou feminina, seja na questão hormonal, seja genital ou outra de natureza orgânica. |
| A | Assexual | Pessoas que, independente de seu gênero, raramente ou nunca sentem atração sexual, o que não significa que não sejam capazes de sentir atração romântica. |



| | | |
|----------|-----------------------|--|
| P | Pansexual | Pessoas que, independentemente de sua orientação ou identidade de gênero, sentem atração por vários e diferentes gêneros, sendo uma atração que vai além da binaridade masculino-feminino. |
| N | Não-binário | Pessoa que não se enquadra na identificação de gênero masculino ou feminino. Também compreende uma identidade de gênero fluida, podendo variar em tempos. |
| + | Outras possibilidades | Compreende a inclusão de outras combinações e possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero. |

Fonte: elaboração própria.

No contexto das Ciências Sociais, a diversidade, embora tenha ganhado palco de debates nos dias de hoje, sempre existiu como tema de importância, pois ela é inerente ao ser humano. A diversidade trata das diferenças, levando-se em conta que os seres humanos são especialmente diferentes entre si. Bomeny e Freire-Mederos (2014, p. 362) conceituam diversidade como sendo “o conjunto de diferenças e valores compartilhados por seres humanos na vida social”. Segue, logo em seguida, afirmando peremptoriamente: “Nenhuma sociedade é homogênea”. A partir daí, temos noção do quão correlacionada está a associação dos grupos capitaneados pela sigla LGBTQIAPN+ com o temário diversidade, pois a humanidade carrega um pluralismo de valores, origens, identidades, culturas, orientações.

Antes de avançarmos, é importante nos imbuir do que vem a ser orientação sexual e identidade de gênero, dois termos guarda-chuva que encobrem as características da sigla em questão. O termo “orientação” tem conflitado com “opção” quando remetidos à sexualidade. Nas diversas literaturas, é comum vermos que o que tem sido recomendado é o uso do termo orientação, pois muitos sujeitos não escolheriam (não optariam) seguir tal caminho (o caminho de ser gay, por exemplo), por contemplar uma trajetória comumente atravessada pela opressão, por vezes homofóbica, sangrenta e até letal. O termo orientação torna-se



adequado quando partimos da ótica da subjetividade, da construção social. Sousa Filho (2008, p.61) afirma que o contexto “identitário-político se apresenta como importante para a referência a, principalmente, orientações sexuais estigmatizadas, marginalizadas – situando-se aqui os gays, lésbicas, travestis, transexuais etc”..

Dessa forma, diante da pressão social de normas, condutas e valores dominantes da cis e heteronormatividade, a pessoa estigmatizada, para não ser excluída socialmente, acaba cedendo e “optando” pelo papel de fingir ser “padrão social” como um ato político em defesa de sua visibilidade e usufruto de seus direitos, ainda mais quando se trata de contexto político no sentido de relações sociais. Isso gera consequências psicológicas e, posteriormente, sociais, pois a pessoa estará sujeita a viver uma vida com a qual não se identifica, vivendo o clichê “no armário”, não vivenciando o seu pleno direito de ser quem é.

A orientação sexual diz respeito à maneira como uma pessoa se relaciona afetiva e sexualmente com outra. Para colaborar com leituras desse entendimento, Sousa Filho (2008, p. 60) mostra que a orientação sexual “é uma construção identitária (homossexual, heterossexual ou outra) com a qual se lidará, subjetivamente e socialmente, com os prazeres, as sensações, fantasias, imaginação, práticas eróticas, etc”. Completa que ela é “construída nos embates subjetivos e sociais, produzidos nas interações, sob padrões culturais, de poder, ideias sociais, configurando-se como um fenômeno individual tanto quanto coletivo e político (se, por política, entendermos as relações)” (Sousa Filho, 2008, p. 60).

A ilustração a seguir contribui para clarificar nosso entendimento que discerne entre orientação sexual, identidade de gênero e, ainda, o sexo biológico.



Figura 2 - Diferenciação de termos.



Fonte: autoria própria.

A identidade de gênero indica a forma como a pessoa identifica seu gênero de nascimento e como o apresenta socialmente. É algo que relaciona a pessoa com o seu corpo. Há quem nasça biologicamente homem, mas que não se identifica com o gênero de nascimento. Isso é diferente da sexualidade, que passa a envolver por quem a pessoa se atrai afetiva e/ou sexualmente.

Embora a homossexualidade já exista desde épocas remotas, inclusive no reino animal, a questão hoje ainda é vista com tabus, preconceitos e discriminações na sociedade. Por isso, a luta contra a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero é histórica. Ao longo dessa jornada, conseguimos retirar o status de patologia atribuído pela comunidade científica ao fato de alguém ser homossexual. Esse e outros avanços ao longo das décadas custaram suor, sangue e até mesmo vidas de quem militou em prol do direito de ser.

A visão deturpada para com quem é homossexual, por exemplo, prosseguiu



de forma grotesca até anos recentes, com terapias de choque, conversões e até punições ou pena de morte, realidades que ainda persistem hoje em alguns países. Para se ter uma noção da prolongada associação da sexualidade com doenças, foi somente em maio de 1990 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou o termo “homossexualismo” do Catálogo Internacional de Doenças (CID). Esse fato aconteceu mais precisamente no dia 17 de maio, data em que é celebrado mundialmente o Dia Internacional Contra a Homofobia. Não obstante tenha sido um feito histórico, a importante decisão da OMS de retirar a homossexualidade como patologia ainda não foi suficiente para cessar o preconceito e discriminação com o público LGBTQIAPN+, pois sabemos que muitas pessoas ainda têm seus direitos e cidadania negados até os dias de hoje.

Aluta por respeito e inclusão à diversidade acontece regional, nacional e internacionalmente. Em nosso país, por exemplo, mesmo que a Constituição Federal (CF) postule que todos são iguais perante a lei, devendo ter assegurados direitos como a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, a prosperidade, independente de distinção de qualquer natureza (Brasil, 1990), na prática a realidade é outra, pois até a questão da legalização da união civil homossexual, até pouco tempo, não existia.

A nível nacional, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), instância jurídica máxima da Nação, reconheceu que casais do mesmo sexo podem ter a união legalizada, passando essa união a ser reconhecida como entidade familiar a partir do casamento civil, que passou a ser realizado em cartórios de todo o país. Isso impacta positivamente a vida dessas pessoas nas diversas facetas: afetiva, familiar, de trabalho, de direitos previdenciários, entre outros. Como pagam impostos igualmente aos casais heterossexuais, é imperioso o usufruto dos mesmos direitos por pessoas LGBTQIAPN+. É perceptível, então, que a luta dessa comunidade não é por privilégios, mas por igualdade de direitos, já que os deveres, como o pagamento de impostos, são compartilhados por todos

¹ Conceito que faz referência ao poder de compra do grupo LGBTQIAPN+, seja para produtos e/ou serviços adquiridos e comercializados por esse público.



O não reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo foi oneroso e dificultava a vida de pessoas que almejavam a legalidade do enlace matrimonial, não só como uma realização afetivo-pessoal, como também para a conquista de direitos civis aos quais fazem jus.

Ainda no tocante a casamento, um impasse também é vivido sob a ótica da religiosidade, pois igrejas tradicionais (inclusive a católica, que possui considerável predominância no Brasil) não chancelam tal união. Contudo, com o avanço das pautas e das instituições friendly (organizações amigáveis e que abraçam a diversidade, não excluindo o público LGBTQIAPN+), têm surgido igrejas e outros templos que já passam a celebrar a união religiosa entre pessoas do mesmo sexo.

Se pararmos para observar, abraçar a diversidade traz impactos positivos não só no contexto das relações humano-sociais, pois as pessoas passariam a ter mais respeito mutuamente, mas também em outros, como na economia, a exemplo da arrecadação de impostos oriunda de empreendimentos voltados também a esse público. Segundo reportagem publicada no Portal Metrôpoles, assinada por Fábio Matos, no Brasil, o público LGBTQIAPN+ possui um pink money forte, movimentando 11 bilhões por ano em compras no varejo, apresentando um gasto médio 14% maior que demais grupos (Matos, 2023). No panorama mundial, em 2022, números da organização LGBT Capital estimam que o poder de gasto anual global do segmento de consumo LGBT seja de 4,7 trilhões, considerando o PIB nominal medido no final do ano (LGBT Capital, 2022, tradução nossa).



Embora possamos observar avanços no desvinculamento de orientação sexual e identidade de gênero a doenças e pecados, a população da diversidade ainda enfrenta uma de suas maiores lutas: romper o preconceito e discriminação embasados nas relações sociais, um enorme desafio por envolver pessoas com crenças históricas, religiosas e culturais distintas, muitas das quais com traços fortemente conservadores e intolerantes.

Muitos ainda pensam que gays, por exemplo, podem moldar e definir a

² Conceito que faz referência ao poder de compra do grupo LGBTQIAPN+, seja para produtos e/ou serviços adquiridos e comercializados por esse público.



orientação de uma criança ao assistir a eles em novela ou vê-los na rua, na escola ou no trabalho, mesmo com pesquisas científicas mostrando que a orientação sexual e/ou identidade de gênero estão relacionados também a traços genéticos. Gouveia, Ismael e Camino (2008, p. 87) mostram que “diversos estudos com pais heterossexuais e homossexuais e, filhos biológicos e adotados concluem que não há diferenciação significativa de comportamentos entre as crianças criadas por homossexuais e heterossexuais”. Ora, se alguém desde cedo se identifica como homossexual, e foi criado em um seio familiar cisgênero com pais e demais membros heterossexuais, esta pessoa poderia ter sido influenciada a ser heterossexual. Isso acaba refutando o preconceito acima mencionado (de que, ao “cercar-se” de gays, a pessoa se torna gay) e, ao mesmo tempo, se coaduna com estudos científicos segundo os quais essa característica pode estar atrelada à genética do indivíduo (Peplau; Fingerhut, 2007 apud Gouveia; Ismael; Camino, 2008, p. 87):

Fizeram um levantamento das pesquisas dos últimos 30 anos sobre as relações entre pessoas do mesmo sexo. A partir do censo americano de 2000, eles revelam que 34% das lésbicas e 22% dos gays americanos criam crianças. Vários estudos concluem que elas são comparáveis aos filhos de pais heterossexuais, em medidas de bem-estar psicológico, auto-estima, habilidades cognitivas e sociais, etc.

O preconceito invisibiliza, silencia crianças, jovens e adultos já na escola, escanteando-as quando tentam se encaixar nos grupos sociais, além de essas pessoas terem seus direitos negados por serem diferentes dos padrões impostos pela sociedade. Isso começa na escola e se perpetua ao longo da vida, atingindo a carreira no mundo do trabalho, dificultando o acesso ao emprego e à renda.

A idealização que temos sobre trabalhadores está entrelaçada por questões históricas, sociais, culturais, não estando de fora aspectos da diversidade sob diversas perspectivas, seja de raça, etnia, gênero, orientação sexual etc. Ao entendermos as formas de disponibilização das oportunidades, inserção no mundo do trabalho, segregação e exploração, amplia-se nossa visão do trabalho para todos, para a diversidade. Arroyo (2013, p. 230) afirma que “o reconhecimento do trabalho como princípio educativo exige o reconhecimento do caráter sexista e racista do padrão de trabalho, especificamente em nossa formação social” e que



“o trabalho reduzido à mercadoria tem preços diferentes, dependendo da diversidade dos sujeitos coletivos”. Dessa forma, entendemos que é importante interpretarmos o trabalho para além de força de trabalho versus remuneração, mas também como um processo de formação humana, como forma de comunicação e manifestação interpessoal, levando-se em conta formação e cultura. Conscientes de que o trabalho é, também, a personificação dos que dele fazem parte, congregando uma diversidade de características humanas, isso faz com que dirijamos nosso olhar também para padrões de trabalhos plurais, de maneira que passemos a contemplar a diversidade de pessoas, sem discriminar sua orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia etc.

Dentro do próprio grupo diverso da sigla LGBTQIAPN+, há singularidades, pluralidades, particularidades, sobre as quais recaem preconceitos abissais e ainda mais excludentes. Estamos falando das pessoas transgêneros, transexuais, travestis e afins.

Dados do Dossiê emitido em 2024, com um atlas referente ao ano de 2023, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), revelam que a discriminação com esse grupo é ainda mais acentuada, pois pode acumular múltiplos preconceitos e estigmas, como o de ser uma mulher negra, transgênero, de baixa renda. Benevides (2024, p. 58) mostra no atlas que “a maioria das pessoas trans negras (pretas e pardas) é a que enfrenta os maiores índices de desemprego, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e tem a menor renda, tem maior dificuldade de acesso à serviços básicos”. Muitas dessas pessoas não conseguem nem dar continuidade aos estudos em virtude do preconceito que enfrentam já quando criança. A autora ainda acrescenta: “É como se no contexto de pessoas trans, a raça estivesse posicionada como um 'agravante' ao corpo e identidades desviantes, enquanto a identidade trans se torna uma marca imperdoável para a cisgeneridade” (Benevides, 2024, p. 58).

Arelado a isso, o documento ainda mostra que o Brasil continua na liderança como país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. Um cenário de barbárie, com mortes comumente ocorridas por meio das seguintes formas, todas atroz: tiros, facadas, espancamento/estrangulamento. Quando se trata de um comparativo entre 2017 e 2023, entre pessoas trans negras/pardas, brancas e indígenas, a média dessas pessoas assassinadas na categoria trans negras é de 78,7%, enquanto das pessoas trans brancas é de 21%, (Benevides, 2024). O atlas



ainda mostra que as mulheres travestis e mulheres trans são as que mais cometem suicídio, e que os homens trans e pessoas transmasculinas apareceram entre as que mais possuem ideações suicidas, (Benevides, 2024)

Esse cenário acende a alerta para a necessidade de um debate que inclua essas pessoas nas pautas de promoção de sua visibilidade, igualdade de direitos e dignidade humana, escolar e de trabalho. Para fortalecer a luta, é preciso não levarmos em conta traços históricos, culturais e sociais que atentam contra os corpos trans.

A diversidade merece um olhar acolhedor e atencioso nos diferentes espaços, pois ela sempre existiu, estando presente histórica, social e culturalmente na nossa sociedade. Faz-se necessário que discutamos, debatamos, dialoguemos, implementemos estratégias com o intento de reconhecer a diversidade como um elemento capaz de fortalecer ainda mais a educação. É imperioso socializar as construções históricas, desconstruir conceitos, ressignificar ideias, pôr frente a frente as diferenças, posicionar a escola como um espaço respeitoso, de diálogo com o diferente e de acolhimento das diferenças.

Adentrando na ótica trabalhista, é preciso cuidar da base, ou seja, da educação. Incluir direitos humanos na educação é primordial. Isso já pode ser observado com a inserção dos direitos humanos no Plano Nacional da Educação e nos Parâmetros Nacionais e Curriculares (Gentile; Zenaide; Guimarães, 2008). No entanto, ainda é preciso mais pragmatismo e corroboração com a cultura familiar, pois a educação acontece, também, na simbiose entre a escola e o ninho familiar. Com cidadãos e cidadãs conscientes, juntos a organizações abertas à diversidade, há melhores possibilidades de criar uma atmosfera favorável ao respeito e inclusão, com todos os cientes de que direitos humanos e democracia devem andar de mãos juntas.

Por último, mas não menos importante, é preciso dizer que a política é um fator primordial. É importante dispormos de um poder público executivo, legislativo e judiciário atuante e consciente da importância do cumprimento dos preceitos básicos constitucionais que aconteceriam basilarmente por meio do respeito à pessoa humana. Outra medida em prol da visibilidade e igualdade pode ser observada na criação de cotas e igualmente nos incentivos às instituições que abracem a inclusão, fortalecendo a aplicação de leis e, quando necessário, a implementação de legislação específica direcionada a pessoas LGBTQIAPN+, visando prover igualdade de oportunidades, dignidade e respeito à vida.



1.4. Pessoas com Deficiência

Facilmente podemos encontrar algum parente, amigo, colega ou conhecido que possua alguma deficiência. As pessoas com deficiência estão presentes desde fases iniciais da civilização e constituem um outro público focal de nossos quatro temas de estudos de sociologia do trabalho. Aqui, explanaremos aspectos conceituais, estatísticos e reflexivos sobre desafios e possibilidades que possam fomentar a acessibilidade e inclusão dessas pessoas, especialmente em espaços que antecedem e/ou caracterizam o trabalho, como o ambiente escolar, universitário e laboral.

Acompanhando o termo “pessoa com deficiência”, comumente vemos a sigla “PcD”. Embora do ponto de vista técnico-gramatical esteja correto, ativistas da luta em prol desse público têm defendido o não uso da sigla, e sim o uso do termo completo. Argumentam que usar a sigla “PcD” pode tirar o teor humano da comunicação escrita, alegando que o ser humano não cabe no tecnicismo de uma sigla.

Estamos trazendo, neste eixo de Sociologia, um olhar voltado para temas que caracterizam grupos de pessoas e suas relações no mundo do trabalho através de uma perspectiva segundo a qual trabalho e educação possuem interatividades. Essa visão não deve ser dissociada quando nos referimos ao público de pessoas com deficiência, que também deve ser digno do usufruto do trabalho, educação, entre outros direitos. Comumente, a educação (escola, universidade) precede o trabalho. Na vida adulta, é sabido que os efeitos da educação e do trabalho se perpetuam no dia a dia do trabalhador.

Remetendo-nos aos aprendizados das bases conceituais da educação profissional e tecnológica, o entendimento da omnilateralidade pode lançar uma luz especial a nosso debate. Sabemos que é importante ampliarmos a participação das pessoas no mundo do trabalho – sem esquecer das que apresentam alguma deficiência. Manacorda (2010) postula que o sujeito imbuído de uma formação omnilateral é dotado de uma formação ampliada como trabalhador e também como cidadão. Com essa visão, percebe-se um trabalhador íntegro no modo de interagir com as variáveis do ambiente no qual está inserido. Por consequência, percebe-se, também, que isso exige a necessidade de considerarmos ações que fomentem e.



favoreçam a inclusão para desenvolvimento do trabalho

Dados do IBGE revelam números que refletem desigualdades entre pessoas com deficiência versus sem deficiência. São números preocupantes que fazem vir à tona a necessidade de levarmos em conta esse público minoritário, de maneira que tenham igualdade de direitos e deveres, incluindo garantias de acesso aos serviços como educação, saúde, trabalho, segurança etc.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) referente ao ano de 2022 no Brasil, realizada pelo IBGE, estampa que a população com deficiência no país foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária, (IBGE, 2022).

A mesma pesquisa mostra que somente 34,3% dos trabalhadores com deficiência estavam no trabalho formal, enquanto, entre as sem deficiência, a porcentagem era de 50,9%. Em 2019, as pessoas com deficiência no trabalho somavam 28,3%, sendo que, entre as não deficientes, o número mais que dobra (66,3%), segundo o IBGE (2022).

Outros números atestam a desigualdade de acesso ao mundo do trabalho. Em 2019, a taxa de participação das pessoas com deficiência no trabalho (considerando que estavam ocupadas ou desocupadas) era de 28,3%, o que representa menos da metade do percentual das pessoas que não possuíam deficiência (66,3%)..

A partir de uma visão mais holística, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimam que, a nível global, mais de 1 bilhão de pessoas vivam com alguma forma de deficiência. Essas pessoas também são mais prejudicadas no mundo do trabalho, pois o desemprego entre elas é maior do que o das pessoas sem deficiência.

Um olhar sobre diversas literaturas nos permite identificar uma diversidade de deficiências. Como lido em Sonza et al (2013, p. 36), podemos observar, entre as mais citadas: cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência física, deficiência mental, transtornos invasivos do desenvolvimento (inclui, entre outras, o autismo), Síndrome de Down, deficiência múltipla, altas habilidades/superdotação.



Com o passar do tempo, diferentes tipos de deficiência foram sendo identificados, sendo que algumas pessoas podem carregar duas ou mais, ensejando o termo “múltiplas deficiências”, o que torna o abraçar da causa da inclusão uma responsabilidade ainda maior, inclusive no que tange ao conceito de pessoa com deficiência que, ao longo do tempo, vem passando por adaptações e ajustes conforme visões mais ampliadas e completas vão sendo postas. Um exemplo é termos a substituição da expressão “Portador de Necessidades Especiais (PNE)” e “pessoa deficiente” por “pessoa com deficiência”, pois estudiosos têm argumentado que todos podem portar alguma necessidade sem necessariamente possuir alguma deficiência.

No âmbito global, um importante documento que aparentemente tem sido bem aceito é a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), acatada pela ONU e chancelada pelo Brasil por meio da promulgação do Decreto Nº 6.949, de 25/08/2009. Esta convenção, além de trazer uma visão dos sujeitos que apresentam alguma deficiência, visa escudar os seus direitos, visando promover a sua dignidade e o usufruto de sua cidadania.

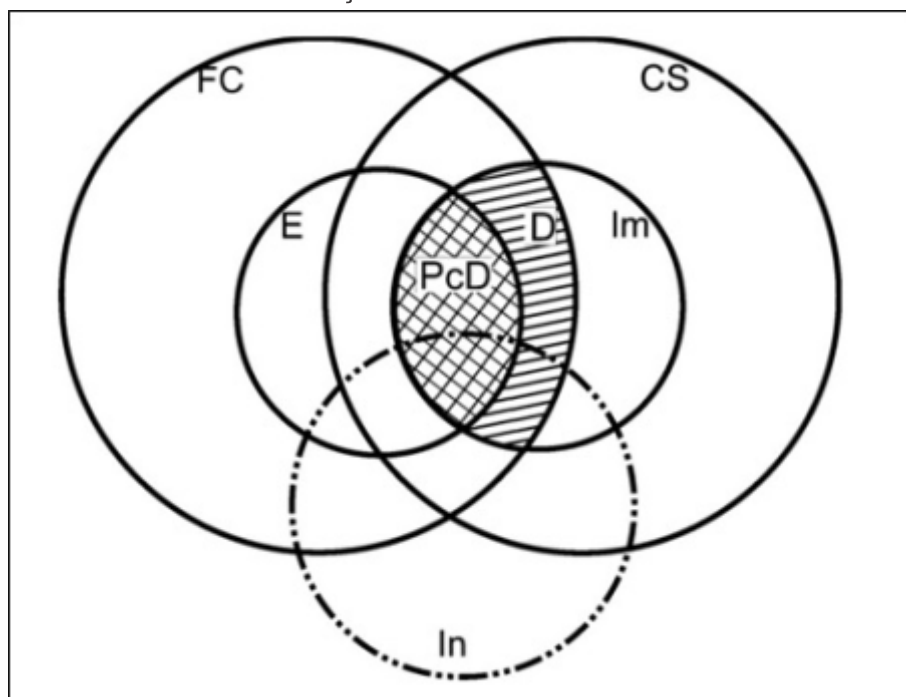
No âmbito pátrio, e considerando aspectos legislativos, uma conceituação que se destaca é a do Estatuto da Pessoa com Deficiência, personificado pela Lei Nº 13.146/2015. Segundo o artigo 2º do referido documento:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2019, p. 9).

Não somente de terminologias jurídicas, como as citadas acima, se alicerça a conceituação de pessoa com deficiência. Maia (2015) nos mostra que há uma vasta grade de conceituações acerca do que seja alguém com deficiência, e que uma denominação única não é algo de fácil implementação. A autora cita que, “considerando que o conceito convencional de pessoa com deficiência é amplo e fluido, pode-se compreendê-lo como um verdadeiro conceito jurídico indeterminado” (Maia, 2015, p. 145). Há anos as conceituações vêm recebendo ajustes, mudanças e adaptações, pois confrontam aspectos históricos, jurídicos, socioculturais, entre outros, corroborando o fato de que tal conceituação é uma tarefa complexa. Entre as várias apresentações de conceituações abordadas por

Maia (2015), uma delas, por estar em aceitação concomitante entre a ONU e o Brasil, foi a traduzida em gráfico por Diego Nassif da Silva que, com o intento de “reunir, sintetizar e instrumentalizar elementos conceituais mínimos à compreensão de pessoa com deficiência trazida pela ONU” (Silva, 2012, p. 184-185), propôs um quadro sinótico ilustrado na Figura 3.

Ilustração 3 - Quadro sinótico.



Fonte: Silva (2012).

A ilustração acima considera variáveis que, direta ou indiretamente, estão presentes na vivência de pessoas com de deficiência. Ao detalhar as siglas da imagem acima, temos:

- Fatores Contextuais (FC)
- Estigma (E)
- Condições de Saúde (CS)
- Impedimentos (Im)
- Deficiência (D) - (Relação negativa: impedimento + fator contextual [barreira])
- PcD = Pessoa com Deficiência (deficiência + estigma)
- Incapacidade para o trabalho (In)



Figura 4 - Comparativo de rendimento entre pessoas com e sem deficiência.

| Rendimento médio de todos os trabalhos (R\$) Por grupos de atividades | | |
|--|------------------------|------------------------|
| | Com deficiência | Sem deficiência |
| Total | 1.639 | 2.619 |
| Agropecuária | 1.057 | 1.504 |
| Indústria | 1.736 | 2.499 |
| Construção | 1.971 | 2.164 |
| Comércio e reparação | 1.331 | 2.207 |
| Administração pública, educação, saúde e serviços sociais | 1.827 | 4.103 |
| Transporte, armazenagem e correio | 1.652 | 2.702 |
| Alojamento e alimentação | 1.242 | 1.844 |
| Informação, financeira e outras atividades profissionais | 1.861 | 3.870 |
| Serviços domésticos | 821 | 1.003 |
| Outros serviços | 1.272 | 2.019 |

Fonte: IBGE (2022)

Sob a ótica trabalhista, observamos na ilustração que, em todos os grupos de atividades, o rendimento médio dos trabalhadores que possuem alguma deficiência é menor, às vezes bem menor, do que o das pessoas sem deficiência. No comércio, por exemplo, a diferença salarial chega ao patamar de 60% entre quem possui e não possui deficiência.

A pesquisa supracitada ainda aponta que, na carreira de trabalho pública, a participação de pessoas com deficiência em cargos eletivos ainda é muito baixa. Como exemplo, tomemos as eleições para as Câmaras de Vereadores no ano de 2020. A proporção de candidaturas de pessoas com deficiência frente ao de quem não possui deficiência não correspondeu nem a 0,5%. Na referida eleição, detalhadamente, o IBGE (2022) externou que “a proporção de candidatos e candidatas com deficiência era de apenas 0,44% do total de candidatos (518 mil). Já o percentual de pessoas com deficiência eleitas foi um pouco maior: 0,90%”.

Entre as várias iniciativas para inclusão desta categoria no mundo do trabalho estão as leis das cotas. Um guia feito em parceria entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) no Brasil retrata como as leis têm contribuído quando se trata de inclusão dessas pessoas nas instituições. Os principais dispositivos jurídicos em questão são a Lei nº



8.112/1990 e a Lei nº 8.213/1991. A primeira trata do regime jurídico dos servidores públicos civis no âmbito da União e inclui a reserva de até 20% das vagas oferecidas em concurso público. Já a Lei nº 8.213/1991 estabelece percentuais de cotas para pessoas com deficiência nas empresas, conforme sua dimensão. Resumidamente, OIT e MPT (2021), por meio das leis, mostram que as empresas devem reservar os seguintes percentuais de vagas à pessoa com deficiência:

- 2% em empresas com 100 a 200 funcionários;
- 3% em empresas com 201 a 500 funcionários;
- 4% em empresas com 501 a 1000 funcionários;
- 5% em empresa com mais de 1001 funcionários.

Podemos dizer que as cotas são uma parte da solução. Contudo, as ações promovidas pelas organizações – sejam públicas, mistas ou privadas – também fazem a diferença positivamente na vida desse grupo. Nas leituras feitas nos bastidores desta cartilha, foram percebidos os chamados “desenhos universais”. Tais desenhos surgem como uma estratégia que sugere uma ideia que possa ser acessível a todas as pessoas, possuam ou não deficiência. Esses desenhos visam assegurar que as pessoas possam ter acessibilidade e independência sem discriminação. A proposta é que o produto ou serviço seja utilizado com o máximo proveito possível sem versões diferentes, ou seja, com uma só (universal) versão.

A utilização de desenho universal contribui com a comunicação e inclusão. As ponderações de Sonza et al (2013, p. 37) chancelam isso, ao postularem que tal desenho “pode viabilizar formas de potencializar a independência das pessoas com necessidades especiais, proporcionando canais diferenciados de comunicação, cooperação e colaboração”. Sonza et al (2013, p. 38-42) ainda elencam sete princípios sobre os quais o desenho universal se arquiteta: uso equiparável; uso flexível, simples e intuitivo; informação perceptível; tolerância ao erro; pouca exigência de esforço físico; e, por fim, tamanho e espaço para acesso e uso. Esses princípios foram sugeridos pelo Centro de Desenho Universal (The Center for Universal Design, 2008), da Universidade Estadual da Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Tais preceitos podem ser aplicados a diversos protótipos de produtos e serviços, de maneira que possam ser operacionalizados tanto por pessoas com deficiência quanto por pessoas que não possuem deficiência, salvaguardando-se, claro, variações de sua execução de acordo com a natureza e especificidade do trabalho.



Assim como na escola e na universidade, quando defendemos o ideal de que todas as pessoas – com deficiência ou não – possam estudar conjuntamente, também na ótica trabalhista é importante mantermos esse raciocínio, pois ele promove um favorecimento da comunicação, interação e acolhimento sociocultural, o que gera igualdade de oportunidades, direitos e deveres e fomenta a inclusão.

Quando pensamos em inclusão no trabalho, o intento não é apenas instalar corrimãos, rampas, contratar intérprete de Libras, incluir legendas ou incluir cotas. De fato, esses elementos são importantes, no entanto é preciso pensar estratégias de manutenção e êxito dessas pessoas na perspectiva produtiva, no mundo do trabalho. Essas estratégias perpassam por uma educação sensível, sem capacitismo³, com promoção de acessibilidade e inclusão.

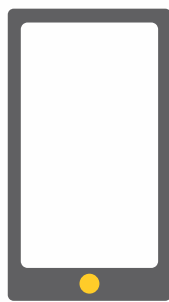
Outro fator importante no contexto das pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho são as tecnologias. Elas não podem ser ignoradas, pois têm facilitado sobremaneira o trabalho, proporcionando-lhe agilidade, rapidez e produtividade. Têm também, porém, tomado posições trabalhistas do homem, como a automação industrial. Dentro da ótica inclusiva no cenário de trabalho, por si só a tecnologia não promove a inclusão, pois é preciso o fator humano na intermediação. Filé (2011, p. 24) corrobora essa análise ao citar que a “tecnologia, sozinha, não leva a lado nenhum. Ela pode ajudar a ampliar desigualdades, é claro, mas não é a tecnologia em si que serve a determinado modelo de relação social, ou modelo econômico ou político”. A escola, a universidade, o mundo do trabalho estão cada vez mais aderentes à tecnologia, a exemplo recente da Inteligência Artificial (IA). Todo o incremento desse aparato tecnológico demanda profissionais com experiência técnica e humana para operacionalizar e mediar o fazer em prol de resultados, atravessando, então, o sujeito da pessoa, seja com ou sem deficiência.

A inclusão precisa ser pensada e praticada como sendo o resultado de uma educação acolhedora, transformadora e democrática, de um trabalho que explore as faculdades e potencialidades de todos os seres humanos. Essas missões fazem jus ao cumprimento dos direitos humanos, por meio dos quais todos devem ter uma vida digna, e não marginalizada do desenvolvimento social, cultural, econômico, científico e tecnológico.

³ Preconceito para com PCDs a partir de alguma expressão, fala ou insinuação de que alguém PCD não seria capaz de realizar algo por conta de sua deficiência, podendo traduzir, de maneira errônea, que PCDs são inferiores ou incapazes.



Os conceitos vistos, as estatísticas e considerações apresentadas ensinam a importância de promover políticas e práticas que incentivem a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência no mundo do trabalho.



2. Eixo Técnico

Noções de Fotografia via Celular



2.1. No Princípio

A história das câmeras e da fotografia remonta a séculos, e suas conceituações não foram cunhadas de maneira única e exclusivamente por uma pessoa. As denominações que se têm de fotografia hoje não são as mesmas das primeiras concepções tidas há séculos, pois esta arte evoluiu sob aspectos físicos e lógicos.

Fotografia é uma palavra formada pela fusão de dois termos, “foto” (*phōto*), palavra de origem grega que significa luz, e “grafia” também grega e que significa escrita. O dicionário Aurélio traz o verbete “fotografia” como um processo de registrar imagens mediante a ação da luz sobre filme (Ferreira, 2000). Há ainda uma conceituação informal entre fotógrafos: fotografar seria “escrever com luz”, pois sem luz não há fotografia.

Desde o seu surgimento, a fotografia tem conquistado admiradores de amadores a profissionais. Sua história de significações se entrelaça com aspectos físicos, mecânicos e digitais. Veja-se o caso da câmera fotográfica, que evoluiu significativamente até as versões digitais, revolucionando o trabalho de fotografar ao se tornar um elemento fundamental nas comunicações e mídias sociais.

Registros bibliográficos apontam que o início da fotografia data de mais de 500 anos, ainda que esse processo não tenha sido instantâneo nem tampouco efetivado por uma só pessoa. Vitché Palacin, professor e pesquisador graduado em cinema e mestre em comunicação, em sua obra sobre teoria e prática da fotografia, nos mostra que a invenção da fotografia compreende um “extraordinário processo de avanços no campo da física e da química ao longo de vários séculos”. Na antiguidade, esse princípio da fotografia acontecia por meio de observação de fenômenos físicos, conforme reitera (Palacín, 2012, p. 6):

O registro mais remoto desse processo é de antes de Cristo, com o filósofo grego Aristóteles que, sentado sob uma árvore, observou a imagem do sol durante um eclipse parcial projetando-se no solo em forma de meia lua quando seus raios passavam por um pequeno orifício entre as folhas.

Ainda sobre a historicidade, agora no âmbito brasileiro, vimos, no livro “História da Arte”, que a fotografia chegou ao Brasil por intermédio do francês Hércules Florence, que aqui morava, já realizando desde 1833 “alguns avanços na técnica de registrar imagens, com o objetivo de imprimir rótulos de produtos farmacêuticos e diplomas maçônicos” (Santos, 2009, p. 236). A popularização do “retrato” no Brasil veio a acontecer por meados do século XIX, quando a ocasião do avanço tecnológico acabou barateando custos e, por conseguinte, acessibilidade a um maior número de pessoas, fato que acelerou a democratização da fotografia no Brasil (Santos, 2009).

Por aqui não detalharemos a historicidade da câmera e da fotografia, pois o foco de nosso trabalho neste eixo consiste em conhecimentos basilares técnicos de prática fotográfica via aparelho celular.

Fotografia 1: As câmeras evoluíram significativamente no formato e funcionalidades.



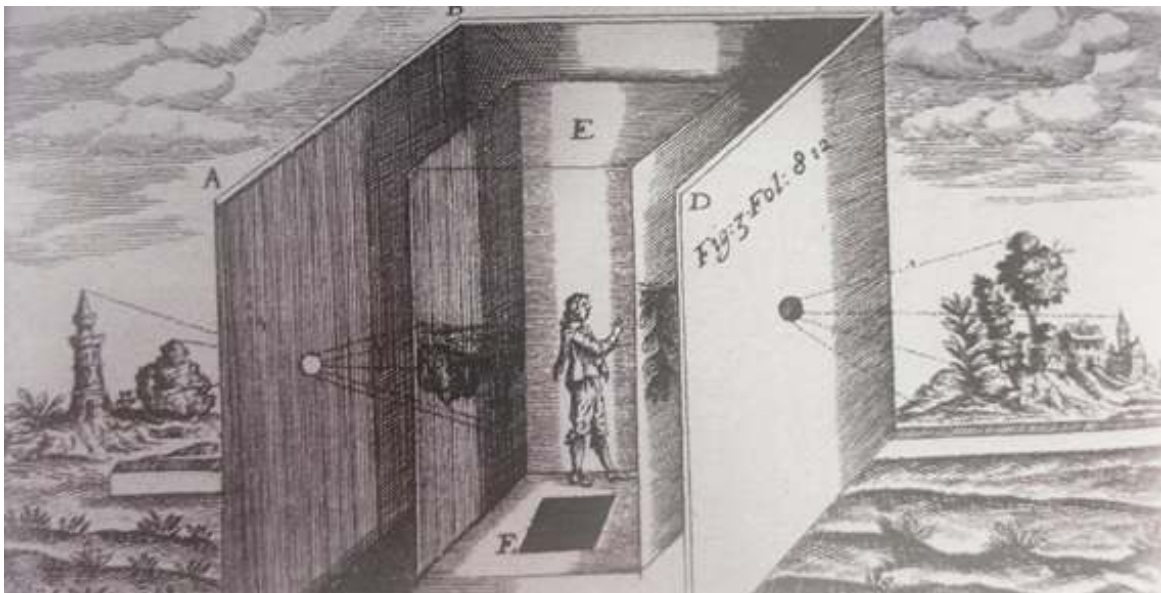
Fonte: Freepik (2024).

2.2. Câmera Fotográfica

Registros apontam que a primeira ideia de câmera fotográfica foi proposta há séculos. Tal equipamento experimentou profundas mudanças em diversos aspectos, desde os físicos aos lógicos. O registro que se tem da primeira câmera, por exemplo, data de épocas remotas, como o período antes de Cristo, conforme conta Palacin (2016), e descreve um aparelho análogo a um quarto escuro com um orifício. Esse registro cita “o filósofo grego Aristóteles que, sentado sob uma árvore, observou a imagem do sol durante um eclipse parcial projetando-se no solo em forma de meia lua quando seus raios passavam por um pequeno orifício entre as folhas” (Palacin, 2016, p. 6). A lógica era que a câmera, similar a um quarto escuro, possuía um orifício por meio do qual a luz penetrava de modo a projetar o objeto que estivesse fora da caixa iluminado pela luz externa.

A imagem a seguir clarifica essa ideação do primeiro equipamento proposto.

Figura 5 - Registro sugestivo de como era a câmara obscura.



Fonte: Palacin (2024)

A primeira câmera, quando comparada às de hoje, apresenta uma drástica evolução, a começar pelo seu tamanho, conforme imagem acima. Mas, não obstante as mudanças, podemos dizer que o princípio de uma câmera fotográfica

moderna é basilarmente comparável aos moldes antigos. Ela continua consistindo em um equipamento, fechado contra a luz, que conta com um acessório óptico para intermediar a passagem de luz e projetá-la em um sensor digital.

Subsequente à época da câmera da acima, a engenhosidade do homem foi permitindo a fabricação de modelos menores e cada vez mais portáteis, que foram ganhando espaço e popularidade ao longo da história. Aspectos sociais também foram observados nessa evolução da câmera e da fotografia: ainda que a fotografia tenha evoluído, no passado ela não era popular como hoje, e o seu acesso era destinado a profissionais. E sobre ser fotografado, o ato também era limitado, de maneira que, em regra geral, apenas a elite tinha o privilégio de ser fotografada.

Quanto a suas características físicas e químicas, a fotografia também experimentou avanços, passando do preto e branco ao colorido, de arquivo analógico ao digital, dos grandes formatos aos modelos portáteis e compactos. Há uma infinidade de modelos que poderiam não caber nesta cartilha. Na imagem abaixo, porém, apresentamos três modelos de câmera que têm sido bastante utilizados hoje em dia.

Fotografia 2: da esquerda para a direita: câmera compacta, em aparelho celular e reflex.



Fonte: do autor (2024).

Para chegar nos três modelos acima, as câmeras ainda tiveram inúmeras versões da antiguidade aos dias atuais. Os três tipos de câmera acima ganharam



popularidade no mundo todo. A primeira, inclusive, foi febre antes do surgimento das câmeras em aparelhos celulares/*smartphones* que desbancaram a fama das câmeras compactas. Hoje é inegável que são as câmeras embutidas em celulares – o segundo tipo – as mais populares, estando presentes de equipamentos de baixo custos até aos de luxo. Quanto ao terceiro tipo de câmera, a reflex, também chamada de DSLR (Digital Single Lens Reflex), cuja tradução básica sugere “câmera digital de reflexo por uma lente”, é um tipo que melhor se enquadra em um perfil de uso profissional, dispondo de um menu variado e permitindo boas operações de zoom e geração de imagens em alta resolução. As reflex são câmeras que possuem lentes intercambiáveis, podendo o (a) usuário (a) trocá-las conforme o tipo de foto a ser feita.

2.3. Acessórios

Por mais que as câmeras de hoje possuam funções e recursos sofisticados, alguns aparatos aparecem para complementar e facilitar a arte de fotografar. Os acessórios surgiram ao longo da história e nos acompanham até hoje. Alguns deles, claro, tornaram-se menos usuais, como o filme negativo, presente nas câmeras mais antigas, que usavam processos químicos para revelação das imagens. O *pendrive*, utilizado para armazenamento de arquivos digitais, têm perdido espaço para os drives virtuais em nuvem. Na imagem a seguir são apresentados alguns acessórios. Você conhece todos?

Fotografia 3: acessórios que facilitam a vida do (a) fotógrafo (a).



Fonte: do autor (2024).

Descrevendo os acessórios acima, temos: 1. tripé; 2. carregador; 3. filme negativo; 4. flash portátil; 5. bateria; 6. pilha; 7. cabo de dados; 8. cartão de memória (SD-Card); 9. micro cartão de memória (micro-SD); 10. *pendrive*. Entraremos em detalhes e poderemos esclarecer dúvidas coletivamente a respeito desses aparatos durante a oficina na sala de aula.

Vale lembrar que existem vários outros acessórios, como rebatedores, filtros para lentes, sensores de luz, lentes, alças etc.

2.4. Olhar Fotográfico

Sendo a fotografia uma arte, uma forma de comunicação, podemos afirmar que ela é capaz de expressar uma gama de significados e versatilidade de aplicações como arte visual, fotojornalismo, ciência, retrato, documentação etc. Por trás de todas essas concepções, há um fator que é um guarda-chuva desses entendimentos: o olhar fotográfico.

Possivelmente você já ouviu falar algo do tipo: “Fulano tem um bom olhar fotográfico!”. Em outras palavras, isso significa que fulano pensou, projetou, entrevistou desde o planejamento, passando pela produção e disponibilização de uma fotografia. Pensou em diversos detalhes como os mencionados na figura abaixo.

Figura 6: planejar é preciso.



Fonte: storyset, Freepik (2024).

Qual a finalidade desta fotografia?

O que e/ou quem estará presente na fotografia?

O que esta imagem expressa?

A leitura visual está agradável?

O ângulo está legal?

Há elementos desnecessários?

A imagem será impressa?

Olhar fotográfico não é um dom, é treino! Isso mesmo. Com prática é possível passar a ver a fotografia com um olhar mais aguçado, trazendo significações além do que o visor do equipamento mostra. Assim como textos podem trazer subjetividades, também imagem podem. E é justamente na pausa



para pensar a fotografia que reside o olhar fotográfico, que vai atribuir conceito, significado, aplicabilidade da imagem. Vale pontuar que uma fotografia é capaz de apresentar a opinião, a visão do autor.

Atuar em detalhes simples como a iluminação, o ângulo, elemento focal, por exemplo, pode mudar radicalmente a apresentação de uma imagem, tornando-a agradável aos olhos de quem apreciará.

Uma boa notícia é que ter olhar fotográfico não é uma habilidade restrita a profissionais. Qualquer pessoa pode desenvolvê-lo por meio de uma observação atenta e da intenção de dar significado e vida a uma imagem, de querer comunicar algo através dela. Isso se conquista com treino, com prática. À medida que você vai melhorando o olhar fotográfico, vai sendo capaz de comunicar, contar história e expressar emoções por meio das imagens.

O conteúdo que vemos no visor da câmera é algo exponencialmente menor do que todo o conceito e harmonização de elementos que a fotografia demanda e apresenta. Depois de pensada a partir de um olhar fotográfico, a imagem pode expressar valor acadêmico, científico, social, entre outros.

Ter um bom olhar fotográfico passa por desenvolver não só sensibilidade quanto aos detalhes vistos até agora mas também princípios como regra dos terços, simetria, angulações, dentre outros, alguns dos quais a serem abordados nos tópicos seguintes.

Diversos olhares, diversos tipos de fotografias:

Há inúmeros tipos de fotografias. Cada fotografia é única e possui uma infinidade de possibilidades de ser composta e apresentada. Através das fotografias apresentadas a seguir, vamos conhecer os tipos mais comuns de fotografias.



Fotografia 4: textura.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 5: perspectiva.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 6: documental, fotojornalismo.



Fonte: do autor (2015).

Fotografia 7: retrato, preto e branco.



Fonte: do autor (2020).

Fotografia 8: perspectiva.



Fonte: do autor (2016).

Fotografia 9: silhueta.



Fonte: do autor (2018).

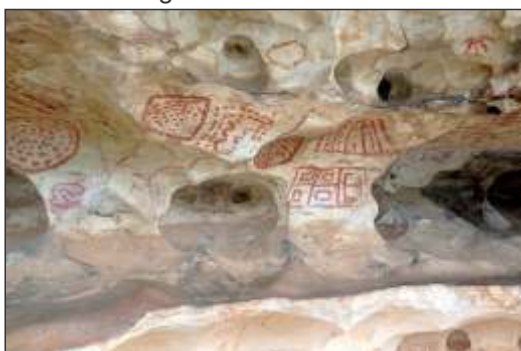


Fotografia 10: macro.



Fonte: do autor (2023).

Fotografia 12: documental.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 14: preto e branco.



Fonte: do autor (2020).

Fotografia 11: moldura.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 13: macro



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 15: fotojornalismo.



Fonte: do autor (2018).

Esses são apenas alguns dos vários tipos de fotografia. Existem outras modalidades, como a esportiva, publicitária, de moda, de viagem, silhueta, selfie etc. Poderemos nos deparar com uma fotografia que pertença concomitantemente a mais de uma categoria. Por exemplo: retrato e em preto e branco (retrato em exposição de modalidade preto e branco), publicitária e perspectiva (foto para banner mostrando foto em 3D de nova academia da cidade), macro e publicitária (foto de abelha em flor para divulgação em outdoor de empresa que comercializa mel e outros produtos apícolas).



Fotografia 16: foco na flor.



Fonte: do autor (2021).

Para focar um objeto na foto, dê um clique na tela do celular, mais precisamente no elemento a ser focado. Vários aparelhos já vêm com essa tarefa embutida em suas funções. Ao fazer isso, o objeto clicado tende a ganhar foco e destaque em relação às outras áreas. Experimente com diferentes distâncias do aparelho para o objeto.

Fotografia 17: uso do foco na pata do gato.



Fonte: do autor (2022).

2.5. Composição

Quando analisamos a forma como o (a) fotógrafo (a) arranja os objetos e/ou pessoas de uma cena, estamos tratando de composição. Compor uma fotografia vem a ser o ato de organizar e disponibilizar os elementos visuais de uma imagem, de maneira a transmitir uma mensagem que será interpretada por quem irá ver.

A composição é uma das importantes técnicas que vão contribuir para melhoria do seu olhar fotográfico. Já ouviu falar em textos em que o menos é mais? Podemos levar essa analogia à fotografia. Uma imagem objetiva e simples pode comunicar muito bem determinado assunto, retratando uma cena, mostrando algo.

Imagine uma pizza. Uma pizza bem composta terá melhores chances de ser bem-vista ao primeiro contato visual, elogiada quanto ao seu sabor. Da mesma maneira, numa fotografia bem composta prevalecem os detalhes que dela farão parte, compodendo demandar cuidado e paciência do fotógrafo.

Ao selecionar quais elementos farão parte da fotografia, você pode definir o que ou quem será o foco. Há um assunto principal? Busque dar foco e destaque a ele. Se o centro da atenção da foto é um conjunto de elementos ou algo mais dinâmico, vale afastar um pouco a câmera, abrindo o campo visual. Na composição é importante deixar uma “área negativa”, ou seja, um espaço vazio ao redor do elemento principal, por exemplo, para criar uma sensação de respiração da imagem, destacando-a, de maneira que não esteja colada ou continuada a outro possível elemento ou fundo.

Fotografia 18: situação 1.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 19: situação 2.



Fonte: do autor (2024).

Ao compararmos as situações 1 e 2 (fotografias 18 e 19), percebemos que, após planejarmos o que irá compor a imagem, eliminarmos elementos desnecessários, alinharmos e enquadrarmos o elemento principal em uma posição mais agradável. Você percebe que a segunda fotografia mostra mais água? Percebe também que ela expressa com mais destaque a função do pescador, tornando ele até mais valorizado?

Não só com elementos físicos você comporá sua imagem. Um olhar atento a elementos não tangíveis, como as cores, também contribuirá para uma imagem que atraia leitor e comunique conteúdo.

Cada fotografia é única e pode apresentar variações na decisão sobre o que fará parte do cenário e, conseqüentemente, da imagem final.

**Dica:**

A estabilidade é um detalhe importante na produção da fotografia. Quanto mais parada a mão e em menos movimento o equipamento estiver, menos tremida ficará a foto. Você pode fazer uso de um tripé e usar o disparador automático do celular.

Porém, quando não convier ou não dispuser do acessório, atente para segurar firmemente o aparelho celular. Isso fará com que a sua foto fique mais nítida.

Fotografia 20: estabilidade.



Fonte: do autor (2015).

2.6. Iluminação

Já sabemos que a luz é o princípio, é um item fundamental da fotografia. Podemos ver determinado objeto ou cenário graças à luz, conforme clarifica (Palacin, 2012, p. 30), “As coisas são visíveis porque existem fontes de luz que projetam os raios luminosos sobre ela e a imagem é refletida”. Cientes de que a fotografia precisa de luz, percebemos a importância da iluminação na produção de uma imagem. A luz é um detalhe importante, pois afeta a aparência e energia que a fotografia transmitirá.

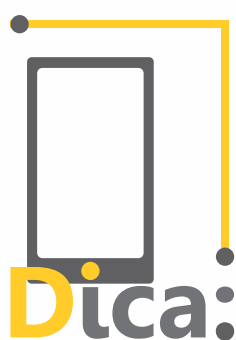
No início deste eixo vimos que a luz é o princípio da fotografia. Sem ela, não há foto. Palacin (2012) ressalta essa importância no âmbito científico ao afirmar que a luz foi, e ainda é, conteúdo de estudo de cientistas e artistas. A luz pode se apresentar vindo de fontes naturais e artificiais. Embora a luz do sol seja fonte primária de luz natural, ainda existem fontes naturais com as estrelas e os relâmpagos. A luz natural proveniente do sol varia sua intensidade e tom ao longo do dia, o que acaba promovendo influência na aparência de objetos e suas cores. Quanto às luzes artificiais, podemos ter lâmpadas fluorescentes, refletores, luz de flash, rebatedores, entre outras possibilidades. Essas últimas também podem apresentar variações, que o (a) fotógrafo (a) é capaz de controlar.

Quando trabalhamos na iluminação de uma fotografia, estamos fazendo uso do controle de luz para a sua criação. Uma foto com boa iluminação é capaz de

realçar detalhes, criando áreas principais e secundárias, e caracterizar texturas e formas, aumentando as chances de uma imagem com transmissão de emoção e mais impacto.

Embora a luz do sol seja vista pelos fotógrafos como a luz principal, as outras formas de luz também têm sua importância, e às vezes são até fundamentais quando feitas em ambientes fechados, como produção de foto 3x4 para documentos, fotografias e retratos em estúdio, foto de objeto em um compartimento domiciliar.

Também é possível combinar luzes naturais com artificiais. Um exemplo é se aplicarmos luz via rebatedor ou flash avulso para proporcionar iluminação extra a um personagem de uma fotografia feita ao meio-dia, com luz do sol contrastando áreas claras de áreas escuras, como nos olhos. Situação, cenário e objetivo da fotografia definirão quais os tipos e níveis de luz que estarão presentes na imagem.



Confeccionando um rebatedor caseiro de baixo custo:

Um rebatedor é capaz de refletir luz, seja natural ou artificial, em um cenário mirado para a fotografia, sendo possível direcionar a luz a alguma área desejada. Para produzir o seu rebatedor caseiro, basicamente, você precisará de folha de isopor, papel laminado, tesoura e cola. Cubra a folha de isopor com papel laminado, envolvendo e colando toda a superfície.

Depois é só aproveitar a luz e testar as iluminações refletidas a partir do seu novo acessório. Confira detalhes nas fotografias 21 e 22.

Fotografia 21: materiais necessários.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 22: rebatedores caseiros.



Fonte: do autor (2024).

Já sabemos que a luz é fundamental para a produção de uma fotografia. As variações de iluminação são capazes de modificar significativamente o visual de uma foto. Vejamos a seguir três fotografias de um mesmo elemento que, no entanto, é iluminado de formas diversas.

Fotografia 23: situação 1.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 24: situação 2.



Fonte: do autor (2024).

Você consegue perceber diferentes sensações que as fotografias acima nos apresentam? Durante a prática da oficina trabalharemos mais exemplos coletivamente.

Nota: Modo manual x modo automático

Por padrão, as câmeras facilmente apresentam o “modo automático”, que sugere uma iluminação que pode se apresentar com um aspecto mais agradável e harmonizado. Contudo, algumas câmeras e celulares podem possuir o “modo manual”, que permite alterar valores, como o diafragma (aparato que controla a quantidade de luz que irá na fotografia), obturador (controlador do tempo de luz no sensor da fotografia) e ISO (sigla de International Organization for Standardization, a Organização Internacional para Padronização, que trata da sensibilidade da luz na imagem). Porém, como o foco da oficina inclina-se a conteúdo da fotografia, que pode ser obtido com as técnicas aqui apresentadas, não trabalharemos o modo manual, pois, além de não estar presente em muitos equipamentos, o autor entende, pela sua experiência, que pode ser um recurso adicional e opcional, de caráter posterior, para fotógrafos que já possuam uma base além das noções basilares de fotografia, foco dessa oficina.

2.7. Enquadramento

O enquadramento é uma das tarefas fundamentais para compor a fotografia. Ao imaginarmos o que o olho humano enxerga e o vemos na câmera fotográfica, temos um campo de visão por meio do qual podemos identificar cenários, elementos que estão dentro de determinada área visual. O que conseguimos enxergar e qual área ou parte da área visual irá compor a fotografia: são esses os focos do enquadramento.

Durante o planejamento para realizarmos uma fotografia, nossos olhos captam imagens do ambiente em uma abertura que nos permite ver a frente e a parte das áreas laterais. O visor da câmera também nos mostra determinada área que ele abrange. Dessa forma, ao selecionarmos o que fará parte da imagem, estamos fazendo uso do enquadramento, um ato de emoldurar os elementos visuais num quadro. Para enriquecer o entendimento, observemos as fotografias 25 e 26 estampadas abaixo:

Fotografia 25: situação 1.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 26: situação 2.



Fonte: do autor (2024).

Suponha que a fotografia 25 mostra a primeira impressão visual observada a partir da câmera; a fotografia 26, realizada após análise do cenário, mostra o objeto sob outra perspectiva. Note que uma simples mudança de ângulo, aproximação ou afastamento pode modificar significativamente o conteúdo e o visual de uma fotografia, podendo torná-la mais impactante e atrativa.

SA esses recortes e ajustes, por meio dos quais selecionamos o que vai compor a foto, damos o nome de enquadramento. Enquadrar, ainda assim, demanda atenção para os demais aspectos: alinhamentos, proporções, textura, harmonia de cores etc.

Uma das tarefas do enquadramento que expressará muito o que a fotografia tem a dizer é a angulação. Se observamos as fotografias 27, 28 e 29, vemos que uma simples mudança de ângulo é capaz de acarretar uma impressão diferente em relação a outra imagem com o mesmo elemento.

Fotografia 27: ângulo 1
(de cima para baixo).



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 28: ângulo 2
(linha dos olhos).



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 29: ângulo 3
(de baixo para cima).

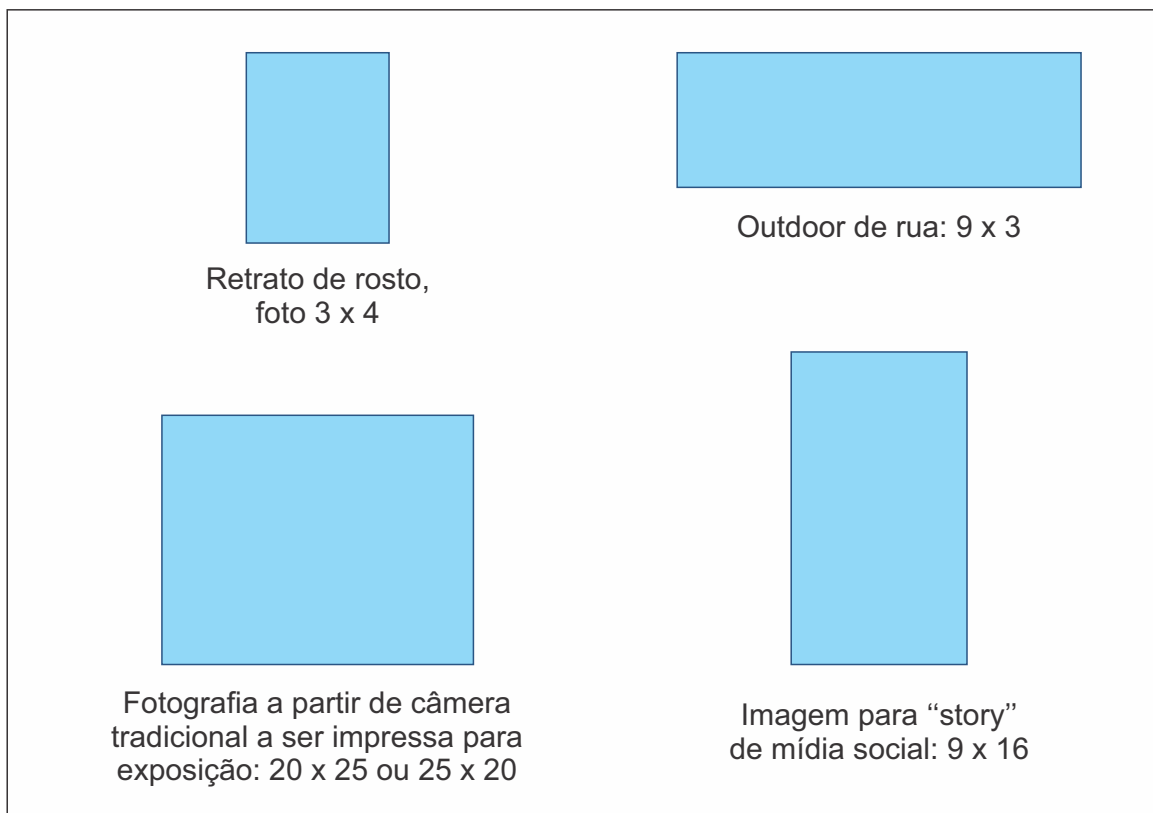


Fonte: do autor (2024).

O enquadramento pode ser aplicado também ao formato da mídia em que se pretende veicular a imagem. Por exemplo: ao produzirmos um retrato para documento, devemos pensar na imagem encaixada em dimensionamento de proporções 3x4. Ao se produzir uma fotografia para “story”⁴ de mídia social, podemos usar um enquadramento para proporção 9x16. Confira na ilustração 7 outras aplicações de proporcionalidades para enquadramentos, conforme a mídia final.

⁴ Recurso visual de mídias sociais pelo qual se publica uma imagem ou vídeo, de caráter provisório, de maneira que, encerrado o prazo de publicação, o conteúdo é automaticamente apagado. Exemplos: comunicado digital sobre matrículas em mídia social de uma escola; selfie de turista durante uma viagem a um museu.

Ilustração 7: sugestões comuns de dimensionamento de mídias.



Fonte: do autor (2024).

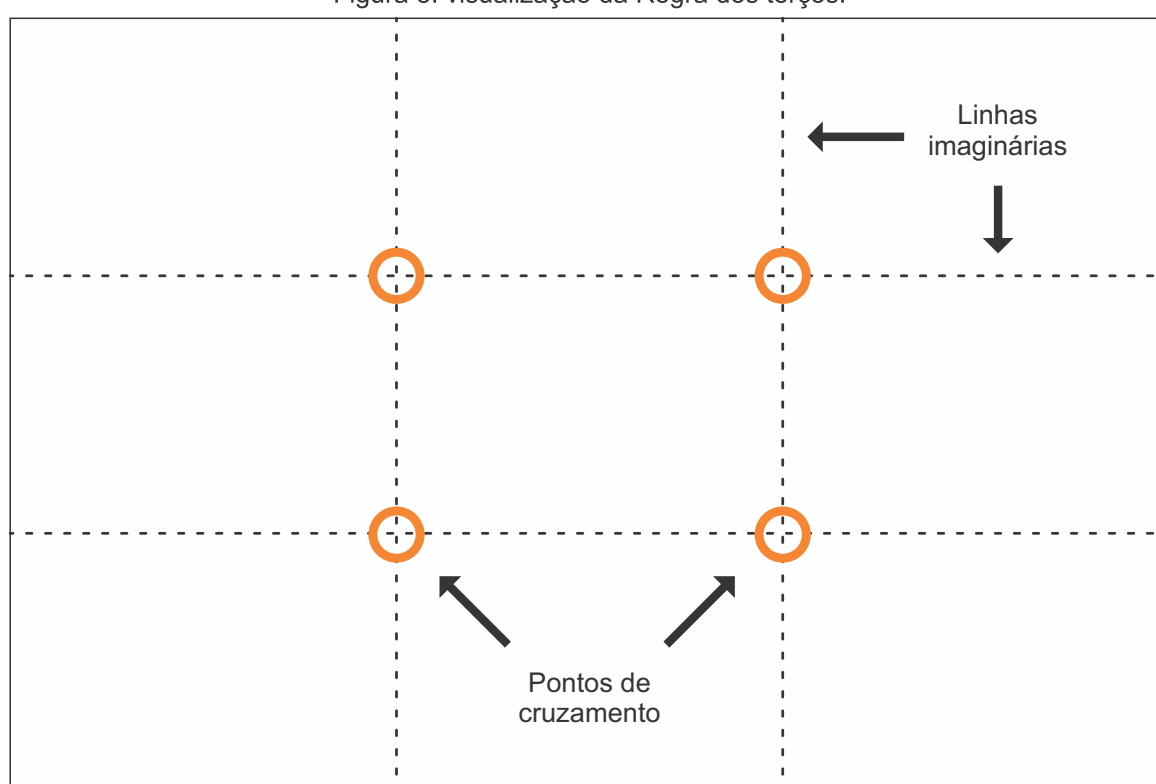
Bons enquadramentos requerem prática. A produção de uma fotografia pode demandar que a pessoa teste diversas angulações, seleção de cenas, aproximações, recortes, entre outras ações, experimentando diversas sensações e emoções antes da escolha da imagem final.

2.8. Regra dos Terços e Alinhamentos

Por último, mas não menos importante, chegamos à regra dos terços, um princípio da teoria da fotografia que trabalha com o posicionamento do conteúdo e dos elementos da imagem em linhas imaginárias.

A regra dos terços é também uma das várias estratégias que incrementam a composição, pois é um preceito capaz de estruturar o (os) elemento (os) em uma posição agradável aos olhos. Basicamente, a regra dos terços pode ser facilmente entendida ao imaginarmos duas linhas paralelas verticais e duas horizontais, distribuídas equidistantemente na área espacial do quadro. O resultado é uma imagem fracionada em três partes horizontais e três verticais, conforme visualização da ilustração 8.

Figura 8: visualização da Regra dos terços.

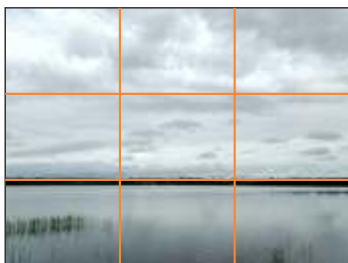


Fonte: do autor (2024).

Confira a sequência de fotografias a seguir (30, 31 e 32), que exemplificam aplicação prática de uso da regra dos terços. Nas fotografias, a linha de horizonte da lagoa muda conforme a posição na linha imaginária horizontal da regra dos terços.

Note que essa simples mudança acarreta uma outra impressão na fotografia: lagoa mais presente, ou céu mais presente. Ou ainda um meio termo, como na imagem central.

Fotografia 30: situação 1.



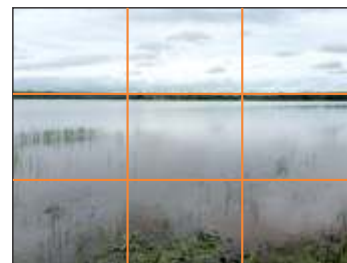
Fonte: do autor (2024).

Fotografia 31: situação 2.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 32: situação 3.



Fonte: do autor (2024).

Na segunda sequência, fotografias 33 e 34, podemos ter ideia um trabalhador com um percurso a caminhar. Ou podemos mostrar um percurso feito. Podemos posicioná-lo em uma das linhas laterais para ocasião de enquadramento em foto publicitária cujo texto ficará ao lado da pessoa.

Fotografia 33: situação A.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 34: situação B.



Fonte: do autor (2024).

Paralelamente à regra dos terços, podemos estudar como adendo mais dois conceitos atrelados a alinhamentos: as ideias de simetria e de perspectiva. Ao fazerem parte da gama de conhecimentos do (a) fotógrafo (a), possibilitam interpretar e testar mais possibilidades de arrumação do conteúdo que será enquadrado na imagem.

Vamos falar de simetria. Nem toda imagem precisa apresentar um caráter simétrico. Aplicar simetria à fotografia pode ser uma necessidade pontual. Mas o que é a tal simetria na fotografia? Podemos entender como uma composição harmoniosa e equilibrada, podendo expor reflexos, reforços, uma perspectiva agradável, uma ideia de continuidade. As fotografias 35 e 36 clarificam exemplos práticos de simetria.

Fotografia 35: situação 1.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 36: situação 2.



Fonte: do autor (2024).

Quanto ao conceito de perspectiva no âmbito da fotografia, ele diz respeito à disponibilização do elemento em uma imagem além da visão frontal. Uma foto em perspectiva é capaz de atribuir significações adicionais à imagem, como grandeza, impressão de movimento, maior visão, entre outras sensações. Observe as fotografias 37 e 38.

Fotografia 37: perspectiva.



Fonte: do autor (2024).

Fotografia 38: perspectiva.



Fonte: do autor (2024).

Como pudemos observar, nem sempre uma foto de frente e centro é a melhor opção. Fazer uso de técnicas como a regra dos terços, experimentar perspectivas e alinhamentos são ferramentas capazes de valorizar a composição de sua imagem, aumentando as chances de sua fotografia ser apreciada com aprovação e encantamento.



2.9. Edição

Muito provavelmente você já precisou modificar alguma atividade na sua vida, não é mesmo, tenha sido uma mudança de rota ou uma alteração de algum texto. No universo da fotografia, editar uma imagem segue a mesma lógica.

Quando pensamos em editar uma fotografia, estamos nos referindo ao fato de darmos ajustes à imagem, refinando-a, de maneira que possa ser melhorada com os tratamentos que se fizerem necessários.

A edição pode estar presente já nos bastidores da produção da fotografia. Quanto mais você planejar e testar possibilidades, melhores as chances de não precisar ajustar a imagem final. Isso já remete à ideia de edição, pois você levará em conta características como forma, cores e conteúdo, por exemplo.

A edição final, comumente efetuada após a imagem já captada, pode ser realizada por meio de *softwares* e aplicativos. Tanto para computadores de mesa e notebooks, quanto para celulares, os editores ganharam espaço e há uma infinidade deles. Popularmente, a maioria dos aparelhos celulares com câmera já trazem embutidos e instalados em seu sistema operacional algum editor básico de fotografia.

Aqui, abordaremos as características básicas de edição que poderão ser observadas e praticadas durante a prática desta oficina, pois os editores e seus menus de operações variam de um aplicativo e ou equipamento para outro. A edição pode melhorar a imagem a partir do manuseio de uma função ou da combinação delas disponibilizadas pelo editor. Confira as principais funções de edição de fotografia.

- **Recorte:** Excluir parte da imagem que não agrega valor, selecionando uma área menor. Pode-se recortar também para encaixe em alguma mídia.
- **Brilho:** O brilho diz respeito ao balanço de quantidade de luz que impacta na fotografia, tornando-a intensa ou branda, tornando-a clara ou escura.
- **Contraste:** Quanto mais contrastante for uma imagem, mais impacto na diferença de sua luminosidade ela exhibe. Contrastar uma imagem possibilidade



manejar a diferença entre as cores claras e escuras, podendo definir critérios como impacto na visualização e legibilidade.

- **Saturação:** A saturação trata da intensidade, da vivacidade das diversas cores que uma imagem possa carregar. Se você aumentar a saturação de uma imagem, mais forte será cada uma das cores. Consequentemente, ao baixar a saturação, as cores ficarão mais suaves, podendo se aproximar de um visual “cinzento” ou até “preto e branco”.

- **Inclinação/girar:** Esta função é bastante útil quando a pessoa fotografa uma imagem e, somente depois, percebe que ela saiu torta ou desalinhada. Dessa forma, essa função é comumente localizada nos aplicativos, que permitem corrigir a foto, seja girando a imagem para a direita ou esquerda, para o sentido horário ou anti-horário.

- **Automático:** Assim como as câmeras possuem o modo automático, os editores costumam trazer a opção de edição automática, de maneira que, com apenas um clique, o aplicativo apresenta uma sugestão de imagem editada. A partir da imagem gerada pelo modo automático, a pessoa pode propor algum ajuste adicional com as outras funcionalidades.

- **Filtros:** No início, vimos que os filtros podem ser físicos, como lentes avulsas aos equipamentos. No entanto, os filtros também podem ser não tangíveis, cuja operação se processa em formato digital. São recursos extras, que podem ou não estar presentes nos softwares de edição. Também são encontrados em alguns aplicativos de mídia social como o Instagram. Um filtro altera a imagem no tocante a cores, texturas e formatos. Com apenas um clique, há filtros que aplicam luz verde em toda a fotografia. Há filtros que inserem textura na imagem, enquanto outros acrescentam figuras 3D, maquiagem rostos, entre uma infinidade de outros efeitos que não caberia mencionar aqui.

Não há uma receita prévia nem um padrão para edição, pois cada fotografia é única e sua finalidade ditará o visual final. Suponha que uma fotografia de arquivo digital de uma ovelha em uma fazenda necessite de um contraste com numeração 10 na escala do editor. Para outra aplicação, como o uso dessa mesma foto em um banner de congresso, ela pode necessitar de um contraste 25.

A depender do software ou do aplicativo editor, as edições podem ser feitas apenas em uma parte da fotografia ou nela toda, caso o (a) fotógrafo (a) desejar.



Nota: Entendendo sobre resolução

O (a) fotógrafo (a) deve ter em mente que nem sempre a fotografia ficará em formato digital. Ela poderá precisar ser revelada em papel, como será o caso de nossa exposição. Para tanto, devemos atentar a um item chamado “resolução”. A resolução diz respeito à qualidade da imagem para impressões. As tradicionais unidades de medida para resolução são o pixel e o DPI. Vamos conhecê-las:

Pixel (px): Diz respeito ao menor ponto de uma imagem digital. Quanto mais pixel uma imagem tiver, mais nítida e detalhada ela será. Para melhor entendimento, suponhamos uma imagem horizontal com 1920 px X 1080 px. Caso essa imagem possua 1280 px X 720, ela será vista com menor precisão, com menor nitidez, ou seja, com menos qualidade e menos detalhes.

DPI é a sigla de “dots per inch”, que significa “pontos por polegada”. A diferença para a anterior é que esta unidade se refere ao formato físico, como uma impressão, e não ao formato digital. Por exemplo: se uma fotografia possui resolução de 300 dpi, significa que ela possui 300 pontos de cor dentro de uma polegada. Portanto, quanto mais DPI uma imagem contiver, mais detalhe e acabamento ela terá quando impressa.

Portanto, quando for realizar a sua fotografia, opte pelo formato de maior qualidade possível. Na câmera de seu aparelho celular, é possível acessar à opção de maior resolução. Escolha a maior disponível, assim, você estará garantindo uma melhor qualidade de sua fotografia tanto em formato virtual como em formato impresso para o caso da exposição.



3. Exposição Fotográfica





3.0. Exposição fotográfica

Esta última sessão de nossa cartilha culmina na atividade final da oficina por meio da qual colocaremos em prática os conhecimentos sobre os temas de sociologia e as técnicas básicas de fotografia usando a câmera de aparelho celular.

Tenha em mente que as fotografias devem possuir significado, devem fazer os olhos de alguém brilhar, provocar sentimentos, emoções. Fotografias carregam conteúdos, provocam reflexões, fazendo com que revivamos memórias e construamos significados. É uma outra forma de ler o mundo e seus fenômenos sociais, inclusive.

Os quatro temas abordados compreendem grupos sociais que oportunizam debates sobre a exclusão e inclusão dessas categorias no mundo do trabalho. Recapitulando a dinâmica da oficina, os quatro grupos sociais estudados (racismo estrutural, gênero, LGBTQIAPN+ e pessoa com deficiência) serão previamente distribuídos entre os participantes, que trabalharão, individualmente ou em duplas, conforme a quantidade de participantes e decisão do (a) ministrante (a).

Orientações para produção das fotografias:

a) Produzir fotografias do tema (grupo) que lhe foi destinado e selecionar a que você considerar melhor para a exposição;

b) O critério preponderante para a fotografia será o **olhar fotográfico**, podendo ser aprendido e aperfeiçoado por qualquer um. Ficam em segundo plano características como resolução, qualidade de lentes, ou robustez da câmera do aparelho, pois esses detalhes não são acessíveis uniformemente perante os equipamentos de todos os (as) estudantes.

c) No caso de pessoas na foto, mesmo que seja recomendado assinatura do termo de uso da imagem. Pode-se, ainda, abordar a impessoalidade dessas pessoas na fotografia, podendo figurar de lado, de costas etc.

d) A fotografia deve, obrigatoriamente, ser realizada por câmera de aparelho celular/*smartphone* de qualquer um dos integrantes da dupla.

e) A fotografia deve ser feita com a melhor resolução disponível na câmera;



- f) A fotografia deve possuir um título atribuído pelos autores;
- g) Feita a fotografia, a dupla deve escrever um texto descritivo, dentro de uma página, com no mínimo um e no máximo dois parágrafos, que dê significado à imagem feita;
- h) Com posse da foto e do texto, os dois arquivos devem ser salvos em documento do Word (texto) e arquivo .jpg ou .png (imagem) e submetidos a impressões e/ou revelações em papel tamanho A4 (retrato ou paisagem).
- i) Sugere-se que a exposição não seja de caráter competitivo, não havendo notas sobre as produções realizadas;
- j) Após a exposição, o (a) tutor (a) poderá solicitar um feedback dos (as) participantes sobre a experiência.

Chegou o momento! Conhecendo a exposição.

A exposição acontecerá em área de circulação coletiva da escola, sendo aberta e acessível ao público em geral. Os estudantes devem permanecer no dia e horário combinados ao lado de suas respectivas fotografias para apresentação de suas produções, individuais ou em dupla, que serão apresentadas conforme sugestão de simulação na ilustração 9.

Figura 9: exemplo de exposição das fotografias.



Fonte: Freepik (2024).



As fotografias serão expostas em cartolina guache preta, com seus respectivos títulos e textos descritivos, remetendo aos tradicionais e acessíveis formatos de exposições em escolas e ambientes culturais. As cartolinas serão coladas em barbante e afixadas com pregadores. Durante toda a exposição, o tutor estará presente, mediando e dialogando com os (as) estudantes. Preferencialmente, a exposição das imagens será feita em formato que permita circulação e passeio entre as imagens, ou seja, com sugestão de espaço mínimo de 70 centímetros de um expositor a outro.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Silvio Luiz de Almeida. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARROYO, Miguel G. **Diversidade**. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 229-236.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileira em 2023**. 7. ed. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ed. do Brasil, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº. 14.532/2023, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm. Acesso em: 27 mar. 2023

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100006. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira. **Mulheres e letras**: representações femininas em revistas e romances das décadas de 1960 e 1970. Natal: IFRN, 2011.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Trabalhadores pretos ganham 40,2% menos do que brancos por hora trabalhada**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/trabalhadores-pretos-ganham-40-2menos-do-que-brancos-por-hora-trabalhadad2eb#:~:text=Os%20pretos%20ganham%2040%2C,do%20que%20os%20trabalhadores%20brancos>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COTRIM, Gilberto. **História Global**: Brasil e Geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FERREIRA, Anelise Barra. Aluno faz foto? **O fotografar na escola especial**. 2012, 84f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Referências

FILÉ, V. Tecnologia. **Revista POLI: Saúde, Educação e Trabalho**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 19, p. 23-24, set./out. 2011.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: UFPB, 2008.

GOUVEIA, Raimundo Cândido; ISMAEL, Elana Costa; CAMINO, Leôncio. Equidade de Gêneros e Diversidade Sexual: propostas para uma sociedade mais justa. In. GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (org.). **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: UFPB, 2008. p. 79-92.

IBGE. **Conheça o Brasil – População: cor ou raça**. [2022].Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> . Acesso em: 19 nov. 2023.

IBGE. **Desemprego e informalidade são maiores entre as pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012agencia-de-noticias/noticias/34977-desemprego-e-informalidade-sao-maiores-entre-as-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 5 fev. 2024.

LGBT CAPITAL. **LGBT Marketing statistics**. Reino Unido, 2022. Disponível em: https://www.lgbt-capital.com/index.php?menu_id=2. Acesso em: 30 jan. 2024.

LOURO, G. L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 11, nov. 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11412>. Acesso em: 26. jun. 2022.

MAIA, Deliany Vieira de Alencar. **Reserva de cargos e empregos públicos a pessoas com deficiência: instituições federais de ensino no RN**. Natal: Editora IFRN, 2015.

MANACORDA, M. A. **Marx e a formação do homem**. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2010.

Referências

MATOS, Fábio. “Pink Money”: a força do mercado LGBTQIA+ na economia brasileira. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios/pink-money-a-forcado-mercado-lgbtqia-na-economia-brasileira>. Acesso em: 1 fev. 2024.

OIT; MPT. **Incluir:** o que é, como e por que fazer? 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_821892/lang-pt/index.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

OIT. OIT participa de apresentação da pesquisa sobre pessoas com deficiência do IBGE. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/noticias/WCMS_888556/lang-pt/index.htm. Acesso em: 5 fev. 2024.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à Sociologia:** ensino médio. 2. ed. São Paulo: Ática, 2011.

PALACIN, Viché. **Fotografia:** teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen, 2019a. 111 p. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 157-163, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. **História da arte.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, [Porto Alegre], v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 25 jun. 2022.

Referências

SILVA, Diego Nassif da. **Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho**: o conceito da pessoa com deficiência e sua aplicação jurídica. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Jacarezinho, 2012. Disponível em: <https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/direitodissertacoes/2499-diego-nassif-da-silva/file>. Acesso em: 3 fev. 2024.

SOUSA FILHO, Alípio de. Orientação sexual: construção política do desejo, ou crítica da substancialização. In. GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (org). **Gênero, diversidade sexual e educação**: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: UFPB, 2008. p. 55-66.

SONZA, Andréa Poletto et al. **Acessibilidade e tecnologia assistiva**: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais. Bento Gonçalves: [s. n.], 2013. 367 p. il. (Novos Autores da Educação Profissional e Tecnológica).

SOUZA, Bárbara; MELO, Isadora. **ESPECIAL - O que não nos contaram sobre a Abolição?**: Historicamente lembrada como o dia da Abolição da Escravatura, a data de 13 de maio é o Dia Nacional da Luta Contra o Racismo. Salvador: Instituto Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/noticias/2020/especial-13-de-maioo-que-nao-nos-contaram-sobre-a-abolicao>. Acesso em: 4 jan. 2024.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2014.

PRODUTO EDUCACIONAL
LIVRO DE APOIO

Ecos Imagéticos do Trabalho



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte
Campus Mossoró



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO